



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Administração e Finanças

André dos Santos do Nascimento

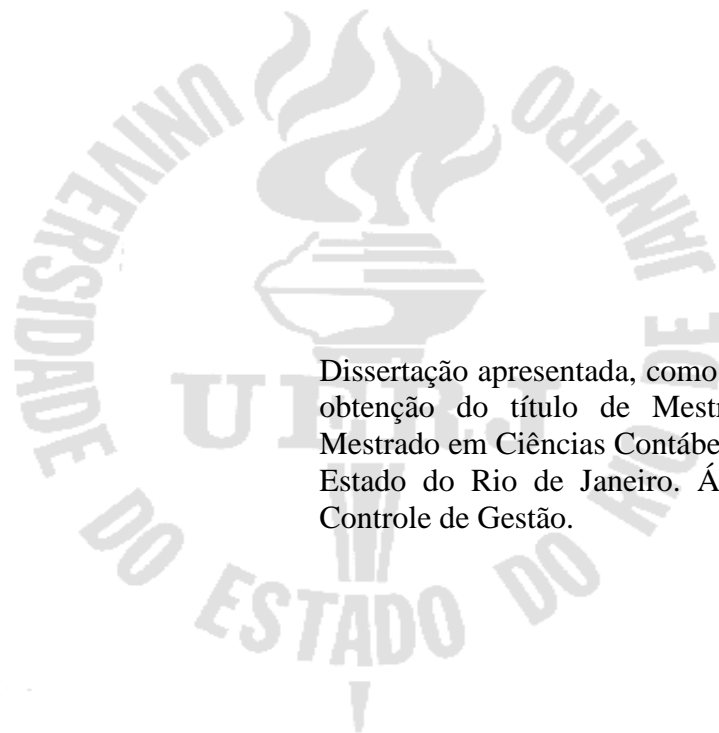
Adoção do IFRS no Brasil: Uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis

Rio de Janeiro

2012

André dos Santos do Nascimento

Adoção do IFRS no Brasil: Uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Henrique Coutinho e Silva.

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/B

N244 Nascimento, André dos Santos do.
Adoção do IFRS no Brasil: uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis. / André dos Santos do Nascimento. – 2012.
70f.

Orientador: Adolfo Henrique Coutinho e Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Administração e Finanças.
Bibliografia: f.52-56.

1. Contabilidade – Normas – Brasil – Teses. 2. Contabilidade – Brasil – Teses . I. Silva, Adolfo Henrique Coutinho e. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título.

CDU 657(81)(083.74)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

André dos Santos do Nascimento

Adoção do IFRS no Brasil: Uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovada em 5 de março de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adolfo Henrique Coutinho e Silva. (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Álvaro Vieira Lima
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Augusto Veiga da Costa Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2012

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Aparecida e Roberto, que sempre me amaram e acreditaram no valor da educação e do ensino formal, me apoiando e incentivando durante toda minha vida. À minha irmã, Bruna, que sempre esteve presente apoiando a nossa família nos momentos mais difíceis e sempre torceu pelo meu sucesso. E à minha companheira e futura esposa, Mariana, que sempre esteve ao meu lado nos momentos árduos e de intenso estudo, compreendendo, apoiando e acima de tudo amando-me e se preocupando com o nosso bem estar apesar dos diversos obstáculos que se apresentaram neste percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me abençoar durante a jornada de realização do presente trabalho. Sem a Sua benção, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Aparecida e Roberto, que me proporcionaram toda a estrutura financeira e emocional que precisei durante toda a minha vida acadêmica e sempre me apoiaram em todas as minhas decisões profissionais!

À minha irmã, que me proporcionou muito suporte nos momentos de maiores dificuldades durante estes últimos anos!

À minha família, pelo constante apoio e ajuda prestada durante todo o curso.

À Mariana, por toda a paciência em escutar minhas reclamações, lamentações e dificuldades durante todo o Programa de Mestrado. Sem contar toda ajuda direta nas tabulações, formatações e discussões de temas que sempre foram bastante ricas. Sem sua ajuda, questiono-me se teria conseguido. E acima de tudo por todo o seu amor e carinho!

À Light S.A. representada pela Luciana Maximino Maia, que comprou esta ideia de desenvolvimento profissional da companhia através da busca por capacitação.

À Light ESCO, representada pela Flávia Silveira, Marcela Jacob e Flávia Lanzetti, que sempre me deixou bastante à vontade para flexibilizar os meus horários profissionais em prol do término desta jornada que me demandou muita dedicação e tempo.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de participar do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis.

Ao Coordenador e Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves e ao ex-Coordenador e Prof. Dr. Josir Simeone Gomes, pelo incansável esforço em elevar o nível do nosso Programa de Mestrado.

A todo corpo docente do Mestrado, pela qualidade e seriedade demonstrada em seus trabalhos dentro da sala de aula.

Ao pessoal da Secretaria e da Biblioteca, por todo o suporte durante o curso e elaboração deste trabalho. O apoio de vocês foi essencial!

Ao professor Dr. José Augusto Veiga da Costa Marques, membro da banca examinadora, que abrilhantou ainda mais o resultado deste trabalho, com suas sugestões no dia da defesa que agregaram muito valor ao estudo.

Ao professor Dr. Álvaro Vieira Lima, membro da banca examinadora, que contribuiu de forma determinante para este trabalho com suas observações pertinentes acerca dos conceitos estatísticos aplicados na análise. Conselhos valiosíssimos!

Ao meu orientador, Dr. Adolfo Henrique Coutinho e Silva, por toda a sua paciência, dedicação, perseverança, perfeccionismo, zelo, por toda ajuda e motivação na elaboração deste trabalho. Para mim um exemplo de professor! Suas orientações, de cunho educacional e profissional sempre clareiam o horizonte! Sem sombra de dúvidas cresci muito com seus ensinamentos! Sou outro profissional hoje! E acima de tudo outra pessoa!

Aos colegas de mestrado, pela cumplicidade e companheirismo demonstrados nesses dois anos. Em especial, ao grande amigo e Mestre Ian Monteiro de Moraes, pela amizade e parceria na produção de artigos acadêmicos, sempre me trazendo de volta para o chão, pedindo-me foco e objetividade. Por acreditar na minha capacidade e dedicação ao me indicar aos novos desafios, pela paciência para me ouvir nos momentos mais difíceis de cunho profissional e pessoal. Amigo, conte comigo para o que der e vier!

RESUMO

NASCIMENTO, André dos Santos do. *Adoção do IFRS no Brasil: uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis*. 2012. 70f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O presente estudo objetiva analisar o impacto da adoção da norma internacional de contabilidade (IFRS) no Brasil na comparabilidade entre as normas contábeis (IFRS – International Financial Reporting Standards e BRGAAP – Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) e a relevância das informações geradas pela contabilidade na tomada de decisões pelos investidores. Como um objetivo secundário, busca identificar quais mudanças (CPCs – Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foram mais significativas (e frequentes) para as contas contábeis e os indicadores financeiros com o propósito de avaliar os efeitos na comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA). Utilizou-se a ferramenta estatística de teste de médias, onde as hipóteses formuladas a serem testadas foram elaboradas a partir do levantamento do referencial teórico. A pesquisa constatou que os números contábeis das empresas listadas no IBOVESPA diferem significativamente e de forma positiva, quando aplicadas as normas internacionais de contabilidade em vez de aplicar a norma contábil brasileira (BRGAAP), assim como verificado em outros países. Também foi constatado que o padrão de contabilidade IFRS apresenta maior relevância contábil que a norma brasileira, uma vez que os dados contábeis se mostraram mais próximos aos valores de mercado. A pesquisa verificou nos relatórios contábeis das empresas inconsistências quanto à adoção das novas normas e, também, consideráveis variações nas formas de divulgação das informações. Além de ter identificado as normas (CPC 13, CPC 15 e CPC 27) que provocaram efeitos mais significativos em termos de valores e de frequência. Conclui-se com este estudo que as demonstrações financeiras sofrem impactos significativos ao se analisar os dois padrões contábeis em tela e que as demonstrações financeiras sob o padrão internacional apresentam maior relevância contábil que a norma de contabilidade brasileira. Ao fim do estudo, sugere-se que sejam aplicados outros testes estatísticos de análise multivariada dos dados financeiros com o intuito de se analisar simultaneamente o impacto de outras variáveis na comparabilidade e na relevância contábil.

Palavras-chave: Contabilidade Financeira. Adoção do IFRS. Convergência Contábil. Comparabilidade Contábil. Relevância Contábil.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of the adoption of international accounting standard (IFRS) in comparability between the accounting standards (IFRS-International Financial Reporting Standards and BRGAAP - Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) and relevance of information generated by accounting in decision decisions by investors in Brazil. As a secondary objective, which seeks to identify changes (CPCs - Accounting Pronouncements Committee) were more significant (and frequent) for accounts and financial indicators in order to evaluate the effects on the comparability of financial statements of Brazilian companies listed on the Bolsa de Valores de Sao Paulo (IBOVESPA). We used a statistical tool to test medium, where the hypotheses to be tested were prepared from a survey of the theoretical. The survey found that the accounting numbers of firms listed on IBOVESPA differ significantly in a positive way, when applied to international accounting standards instead of applying the accounting standard in Brazil (BR GAAP), as seen in other countries. It was found that the accounting standard IFRS accounting is more value relevant than the Brazilian standard, since the accounting data is shown closer to market values. The research found in the accounting reports, the data regarding the adoption of new standards and also considerable variations in the forms of disclosure. In addition to having identified the standards (CPC 13, CPC 15 and CPC 27) that caused the most significant effects in terms of values and frequency. It is concluded from this study that the financial statements suffer significant impacts when analyzing the two accounting standards on screen and that the financial statements under international standards are more value relevant than the accounting standard Brazilian accounting. At the end of the study a suggestion is made, that other tests should be applied, focused on statistical multivariate analysis of the financial data in order to simultaneously analyze the impact of other variables on the accounting comparability and on the value relevance.

Keywords: Financial Accounting. Adoption of IFRS. Accounting Convergence. Accounting Comparability. Value Relevance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Características essenciais de uma informação contábil de qualidade.....	222
Tabela 1 - Efeitos do IFRS nos países.....	25
Quadro 1: Estudos sobre convergência para o IFRS	26
Figura 2 - Linha do tempo do processo de convergência ao IFRS no Brasil.....	277
Tabela 2 - Composição da amostra.....	300
Tabela 3 - Variáveis Contábeis e Indicadores Financeiros Analisados.....	321
Tabela 4 - Evidenciação dos ajustes para as duas fases do Processo de Convergência.....	36
Tabela 5 - Diferenças de médias antes e depois da implementação das normas internacionais de Contabilidade (observações relativas às 49 empresas).....	39
Tabela 6 - Comparação entre os resultados significativos a pelo menos 10% dos estudos do Teste de Diferença de Médias.....	410
Tabela 7 - Análise dos Efeitos dos Ajustes por Norma Contábil - CPC (R\$ milhões).....	433
Tabela 8 - Teste de Diferença de Médias para a hipótese H_0	45
Tabela 9 - Teste de Diferença de Médias para a hipótese H_1	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&F/Bovespa	Bolsa de Mercadorias e Futuro / Bolsa de Valores de São Paulo
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRGAAP	Brazilian Generally Accepted Accounting Principles
BtM	Book to Market
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DF	Demonstração Financeira
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EBIT	Earnings Before Interest and Taxes
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBOVESPA	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IFRS	International Financial Reporting Standards
LL	Lucro Líquido
MV	Market Value
ON	Ações Ordinárias – com direito a voto
PL	Patrimônio Líquido
PN	Ações Preferenciais – sem direito a voto
ROA	Return On Assets
ROE	Return On Equity
SEC	Securities Exchange Commission
VAR	Variável de Variação Relativa

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
1.1	Conceitos fundamentais.....	19
1.2	Estrutura conceitual contábil.....	20
1.3	Adoção do IFRS no mundo.....	23
1.4	Adoção do IFRS no Brasil.....	26
1.5	Mercado de capitais brasileiro.....	28
2	METODOLOGIA.....	29
2.1	Seleção da amostra.....	29
2.2	Coleta de dados.....	31
2.3	Análise dos dados.....	32
2.3.1	<u>Análise dos impactos na comparabilidade das demonstrações contábeis com a adoção das IFRS.....</u>	33
2.3.2	<u>Análise dos impactos na relevância das demonstrações contábeis com a adoção das IFRS.....</u>	33
2.3.2.1	Análise univariada dos dados.....	34
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	36
3.1	Impactos da implementação das normas internacionais na comparabilidade dos números contábeis e nos indicadores financeiros.....	36
3.1.1	<u>Análise comparativa dos resultados observados no Brasil e na Espanha.....</u>	40
3.1.2	<u>Análise qualitativa do impacto das novas normas contábeis no patrimônio líquido e no lucro líquido.....</u>	41
3.2	Impactos da implementação das normas internacionais na relevância do patrimônio líquido e do lucro líquido.....	44
3.2.1	<u>Resultados dos testes de diferença de médias dos indicadores BtM e VAR.....</u>	44
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A – Lista de empresas analisadas.....	57
	APÊNDICE B – Relação de pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....	58
	APÊNDICE C – Estatística descritiva das variáveis e indicadores contábeis...	60
	APÊNDICE D – Testes de normalidade das contas e indicadores contábeis....	63

APÊNDICE E – Estatística descritiva dos indicadores Book to Market (BtM).....	65
APÊNDICE F – Testes de normalidade dos indicadores Book to Market (BtM).....	66
APÊNDICE G – Correlação pareada entre os indicadores Book to Market (BtM).....	67
APÊNDICE H – Estatística descritiva das variáveis: VAR Contábil e VAR Mercado (Ano 2009).....	68
APÊNDICE I – Testes de normalidade das variáveis: VAR Mercado e VAR Contábil.....	69
APÊNDICE J – Correlação pareada entre as variáveis: VAR Mercado e VAR Contábil.....	70

INTRODUÇÃO

Com a formação de diversos blocos econômicos por todo o mundo, a Europa se antecipou ao resto do mundo e criou uma moeda única para todo um bloco comercial – o Euro – para circular na União Europeia. Entretanto, percebeu-se que outras áreas da economia poderiam se desenvolver mais se uma padronização existisse, no caso pensou-se na Contabilidade. A partir daí, O Conselho Internacional de Normas Contábeis - *International Accounting Standards Board (IASB)* desenvolveu um padrão de contabilidade e orientou que as nações que faziam parte do bloco econômico europeu obrigassem as empresas estabelecidas em seus territórios a aderir ao novo padrão contábil.

A ideia prosperou e diversos países aderiram às normas contábeis internacionais e a ideia foi tão bem sucedida, que a quantidade de adesões transpôs as fronteiras da União Europeia.

Contudo, a atração de novos investidores não se deu por acaso. Um investidor racional costuma avaliar muito bem os riscos de uma operação antes de comprar uma proposta. Neste caso, o grande valor agregado foi a facilidade de compreensão gerada pela padronização das normas contábeis, o que diminuiu a assimetria de informações entre os gestores da companhia e os investidores. A partir desta preocupação, surge um conceito bastante difundido atualmente no meio corporativo, Governança Corporativa. Resumidamente, este conceito diz respeito às práticas que toda companhia deve adotar com o intuito de aumentar a transparência de suas demonstrações financeiras.

Desta forma, ficou bastante nítida a necessidade das empresas de capital aberto de tentar coibir definitivamente do mundo dos negócios o desequilíbrio das informações entre o executivo (agente) que se beneficia do fato de dominar a informação, enquanto o acionista (principal) se encontra em uma posição de refém da desonestidade de seu “funcionário de confiança”, este é o caso típico que ilustra a Teoria da Agência.

Diante de tantas variáveis a serem consideradas pelos acionistas, a qualidade da informação contábil é um assunto muito discutido atualmente, já que os *stakeholders*, de uma forma geral, necessitam de informações relevantes e confiáveis para tomar as suas decisões. Todavia, cada usuário da informação contábil apresenta interesses distintos e, portanto, demanda tipos diferenciados de informações, sejam estas referentes a eventos passados ou futuros, tais como projeções de fluxos de dividendos e caixa, lucros tributáveis, valor de mercado das ações ou índices de liquidez, lucratividade e endividamento, por exemplo. Neste

sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 95) reforçam que “a natureza do usuário é um fator determinante crucial para a decisão a respeito da informação a ser divulgada”, haja vista que esta é útil somente quando atende às necessidades dos seus públicos.

Durante o processo de estruturação do arcabouço teórico, diversas ideias foram surgindo acerca do tema “*Adoção do IFRS no Brasil*” até que foi percebida uma forte tendência dentro universo acadêmico de se realizar comparações entre a norma vigente no país (padrão local) e a norma internacional de contabilidade em diversos momentos durante o período de convergência. Alguns pesquisadores realizaram estudos sobre possíveis impactos em determinado mercado mediante as diferenças entre as normas contábeis. Outros desenvolveram pesquisas durante o período de transição e revelaram resultados parciais referentes ao processo de convergência; assim como existem trabalhos realizados após a convergência, estes, em vias de regra, apresentaram resultados mais consistentes, menos especulativos.

O presente estudo foi inspirado no artigo elaborado por Callao et al. (2007), com o título “*Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting*”, que avaliou os impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) em empresas de capital aberto na Espanha, tendo como foco duas características fundamentais da informação contábil, a Comparabilidade e a Relevância.

A importância desta pesquisa encontra-se na necessidade latente de se desenvolver estudos que respondam as dúvidas dos investidores acerca dos impactos provocados pelo IFRS no Brasil, assim como se encontra bastante incipiente a exploração deste tema no âmbito acadêmico brasileiro.

De maneira mais estruturada a relevância do presente estudo decorre, principalmente, de cinco aspectos:

- (1) A experiência brasileira de convergência para as normas internacionais de contabilidade foi diferente dos outros países. Na Europa, por exemplo, o processo de convergência ocorreu em uma única fase, enquanto no Brasil o processo ocorreu em duas fases (primeira fase em 2008 – introdução da Lei nº 11.638/07 e a segunda fase em 2010 – adoção completa do IFRS);
- (2) As práticas contábeis adotadas no Brasil antes do processo de convergência apresentam características peculiares;

- (3) Pela carência de estudos dos efeitos da adoção das normas internacionais sobre os países emergentes que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul);
- (4) As empresas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa têm grande representatividade no mercado de capitais brasileiro (69 empresas que compõem o Índice Bovespa); e
- (5) A análise dos efeitos da adoção do IFRS em 12 contas contábeis e em 9 indicadores financeiros. Desta forma foi possível verificar a comparabilidade de forma mais precisa e quais as normas que mais impactaram as companhias brasileiras.

Todavia, este estudo tem limitações e precisam ser evidenciadas:

- (1) É necessário citar a falta de base de dados financeiros das empresas listadas na Bolsa de Valores organizada. Todavia, esta limitação foi revertida para um ponto forte deste trabalho a partir do momento que se demanda um enorme tempo de dedicação para levantamento de dados e tabulação dos mesmos, entretanto este estudo não está livre de possíveis erros de coleta de dados, assim como de tratamento dos dados.
- (2) A pesquisa foi realizada enquanto os impactos das novas normas ainda estavam sendo sedimentadas pelo mercado, portanto o estudo não está livre de erros de classificação dos CPC's, visto que muitas empresas apresentaram problemas de evidenciação dos pronunciamentos contábeis responsáveis por cada ajuste.
- (3) Outro ponto fraco da pesquisa ficou por conta das companhias que não atenderam aos requisitos normativos (pronunciamentos CPC 13) de adoção inicial no que diz respeito à evidenciação, já na primeira fase do processo de convergência e que acarretou na impossibilidade de se analisar profundamente os impactos dos CPC's no Lucro Líquido. No entanto, a pesquisa alcançou um de seus objetivos ao identificar as normas que provocaram efeitos mais significativos em termos de valores e de frequência.

- (4) Finalmente, vale destacar a influência da grande crise americana (*Subprimes*) que se iniciou no final do ano de 2008 e que possivelmente gerou impactos consideráveis nos preços das ações e que de alguma forma pode ter influenciado nos resultados dos testes de relevância. Associada a esta última limitação, deve-se ressaltar que foram extraídos os preços das ações na data de 31 de dezembro de cada ano, ou seja, na mesma data dos relatórios contábeis anuais das empresas, que normalmente são publicados meses após a data de 31 de dezembro de cada ano, desta forma os efeitos da adoção do IFRS podem não estar retratados de forma precisa.

Objetivo do estudo

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das mudanças de práticas contábeis, decorrentes da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), sobre as variáveis e indicadores contábeis divulgados por empresas brasileiras de capital aberto entre os anos de 2008 e 2010, bem como, analisar o efeito sobre a comparabilidade e a relevância das informações contábeis preparadas com base nas normas contábeis internacionais e as normas contábeis societárias baseadas na Lei nº 6.404/76 (BRGAAP).

Portanto esta dissertação tem a seguinte questão de pesquisa:

A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil impactou significativamente a comparabilidade entre as normas contábeis (IFRS e BRGAAP) e a relevância das informações geradas pela contabilidade na tomada de decisões pelos investidores?

Notadamente, este estudo tem como objetivo analisar duas das características fundamentais de uma informação contábil de qualidade, a Comparabilidade e a Relevância.

E para responder a esta questão, o presente estudo propõe-se a testar as seguintes hipóteses:

H_a: **Não** existe diferença significativa entre a variável contábil (contas e indicadores) apurada sob o padrão contábil BRGAAP no ano em questão e sob o padrão contábil CPC/IFRS no mesmo ano.

H_b: As demonstrações contábeis sob o padrão contábil IFRS **não** apresentam maior relevância que os dados sob o padrão BRGAAP.

Para testar estas hipóteses esta pesquisa utilizou as técnicas de análise quantitativa utilizada no estudo de Callao et al. (2007) “Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting”.

Essa dissertação está estruturada em quatro seções além desta introdução. A primeira seção introduz alguns conceitos básicos que contribuíram para a universalização da norma contábil, analisa como foi o processo de convergência para a norma contábil internacional em diversos países, concentrando-se principalmente na Europa; em seguida contextualiza como se desenvolveu o processo de convergência no Brasil, por fim apresenta o Mercado de Capitais brasileiro. A segunda seção descreve a metodologia utilizada para analisar a comparabilidade e a relevância entre os padrões BRGAAP e o IFRS, assim como descreve a seleção da amostra, a forma de coleta de dados, e a definição das variáveis e indicadores analisados. Os resultados apurados e sua análise são apresentados na terceira seção. Por fim, na quarta seção, apresentam-se as considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta como se desenvolveu o processo de convergência para a norma internacional de contabilidade IFRS no mundo, tomando como foco alguns países europeus, uma vez que a Europa se adequou primeiro a este novo padrão. Também foram analisados os processos de convergência nos Estados Unidos e China, que vêm realizando um trabalho de adequação bastante característico. Logo em seguida, o processo de convergência brasileiro é analisado e suas características mais peculiares são tratadas.

1.1 Conceitos fundamentais

A palavra de ordem para as empresas de capital aberto nos dias atuais é atrair novos investidores para a sua carteira, e desta forma alavancar-se com recursos que serão destinados aos investimentos planejados pela companhia. E neste contexto surge um conceito bastante importante no mundo dos negócios, **Governança Corporativa**, o que significa dizer que princípios fundamentais como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social corporativa devem ser colocados em prática pelas empresas que têm foco em seus investidores e pretendem atrair novos sócios para o seu portfólio.

A **Governança Corporativa** corresponde à fixação, pelo conselho de administração da empresa, de mecanismos, estruturas e incentivos que compõem o sistema de controle de gestão, e que devem direcionar o comportamento dos administradores para o cumprimento dos objetivos estipulados pelos acionistas, além de assegurar que os executivos não se afastem deles (IBGC, 2007).

Diante desta preocupação por parte das empresas com os conceitos enunciados pela **Governança Corporativa**, a qualidade da informação contábil passou a ser um assunto muito discutido atualmente, já que as partes interessadas (*stakeholders*), de uma forma geral, necessitam de informações relevantes e comparáveis, compreensíveis e confiáveis para tomar as suas decisões. Todavia, cada usuário da informação contábil apresenta interesses distintos e, portanto, demanda tipos diferenciados de informações, sejam estas referentes a eventos passados ou futuros, tais como projeções de fluxos de dividendos e caixa, lucros tributáveis,

valor de mercado das ações ou índices de liquidez, lucratividade e endividamento, por exemplo.

E como os gestores, de uma forma geral, precisam atender aos seus contratantes, os acionistas, fornecendo as informações contábeis conforme solicitadas, seus objetivos e bonificações são estabelecidos de acordo com as informações definidas nos contratos de gestão, que deverão ser apresentadas periodicamente aos acionistas para que possam avaliar os resultados auferidos. No entanto, sabe-se que os gestores detêm maior quantidade de informações a respeito da companhia que os próprios acionistas, portanto as demonstrações contábeis devem traduzir fielmente os acontecimentos ocorridos nos exercícios de forma a transmitir sem vieses as informações mais relevantes aos *stakeholders*. Porém, na prática é bastante difícil garantir esta simetria de informação e diversos estudos têm como tema central este conflito existente entre os executivos e os acionistas, um dos mais importantes é a **Teoria da Agência**.

Segundo Jensen e Meckling (1976), a **Teoria da Agência** procura analisar os conflitos e custos resultantes da separação entre a propriedade e o controle de capital, o que origina as assimetrias de informação, os riscos e outros problemas pertinentes à relação entre principal e agente. Vale destacar que no Brasil o conflito de agência se dá com mais frequência entre acionistas controladores e minoritários.

Já está associado a qualquer tipo de negócio, o risco de se confiar a alguém a gestão de sua firma, por este motivo, o mundo corporativo busca incansavelmente mecanismos de se obter controle sobre os negócios à distância. E uma destas maneiras é analisada neste trabalho, a harmonização do padrão contábil através da adoção da norma internacional IFRS.

1.2 Estrutura conceitual contábil

A concepção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), diferentemente do tradicional sistema contábil brasileiro, baseado em regras bem definidas (*rules-based*) e sob forte influência do ambiente fiscal, fundamenta-se em princípios conceituais (*principles-based*) e privilegia a essência sobre a forma. Para tal, exige que os eventos e transações “sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sob a sua forma legal” (LAGE; WEFFORT, 2009, p. 4).

Assim, as demonstrações financeiras passam a apresentar grande ênfase na substância econômica das operações e no exercício de julgamento dos profissionais da área contábil, objetivando alcançar uma visão justa e verdadeira (*true and fair view*) da realidade econômico-financeira da organização, realidade esta que é o foco de importância dos usuários das informações contábeis.

Neste sentido, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 95) reforçam que “a natureza do usuário é um fator determinante crucial para a decisão a respeito da informação a ser divulgada”, haja vista que esta é útil somente quando atende às necessidades dos seus públicos.

Contudo, Iudícibus et al. (2010) alertam que essas especificidades não podem afetar a contabilidade desenvolvida segundo a estrutura conceitual (*conceptual framework*) das Normas Internacionais de Contabilidade - International Accounting Standards (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que determina os fundamentos para preparação e apresentação das demonstrações financeiras e seus aspectos gerais – tais como objetivos, pressupostos, características qualitativas das informações (Comparabilidade, Relevância, Compreensibilidade e Confiabilidade), definições e critérios de reconhecimento e mensuração dos principais elementos.

Neste contexto, Iudícibus et al. (2010, p. 21-22) destacam como características básicas das IAS (International Accounting Standards):

- a) São baseadas muito mais em princípios do que em regras: elas são razoavelmente detalhadas, mas não têm resposta para todas as dúvidas. Preocupam-se muito mais em dar a filosofia, os princípios básicos a serem seguidos pelo raciocínio contábil. [...] O uso de princípios, ao invés de regras, obriga, é claro, a maior julgamento e a maior análise, exigindo maior preparação, mas, por outro lado, permite que se produzam informações contábeis com muito maior qualidade e utilidade [...].
- b) São baseadas na prevalência da essência sobre a forma: isso significa que, antes de qualquer procedimento, o profissional que contabiliza, bem como o que audita, devem, antes de mais nada, conhecer muito bem a operação a ser contabilizada e as circunstâncias que a cercam. Assim, não basta simplesmente contabilizar o que está escrito. É necessário ter certeza de que o documento formal represente, de fato, a essência econômica dos fatos sendo registrados. [...]
- c) São muito mais importantes os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas: o próprio conceito de essência sobre a forma já induz a essa consequência, tratando-se de um complemento fundamental [...].

À primeira vista, este novo modelo, por ser mais subjetivo e discricionário, pode parecer mais propício a fraudes. No entanto, apesar das eventuais críticas daqueles profissionais mais conservadores, espera-se justamente o contrário, dado que uma visão mais abrangente e flexível da situação financeira das empresas possibilita uma interação

multidisciplinar de seus *stakeholders* no processo decisório. E é justamente esta gestão múltipla, em que um elemento se torna partícipe das atividades do outro, que pode contribuir para a restrição às fraudes. Corroborando com esta ideia, Marcos Barbosa Pinto, diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em notícia veiculada no Jornal Valor Econômico em 24/10/2010, atesta que:

Com esse novo padrão contábil, que está muito mais ligado à essência das relações econômicas da companhia, está mais difícil ter fraude contábil. O Brasil é um dos únicos no mundo que adotam as normas contábeis internacionais não só nas demonstrações financeiras consolidadas, como nas demonstrações financeiras individuais. Poucos países da Europa chegaram a esse nível.

A Figura 1 ilustra as características fundamentais que a informação contábil deve apresentar.

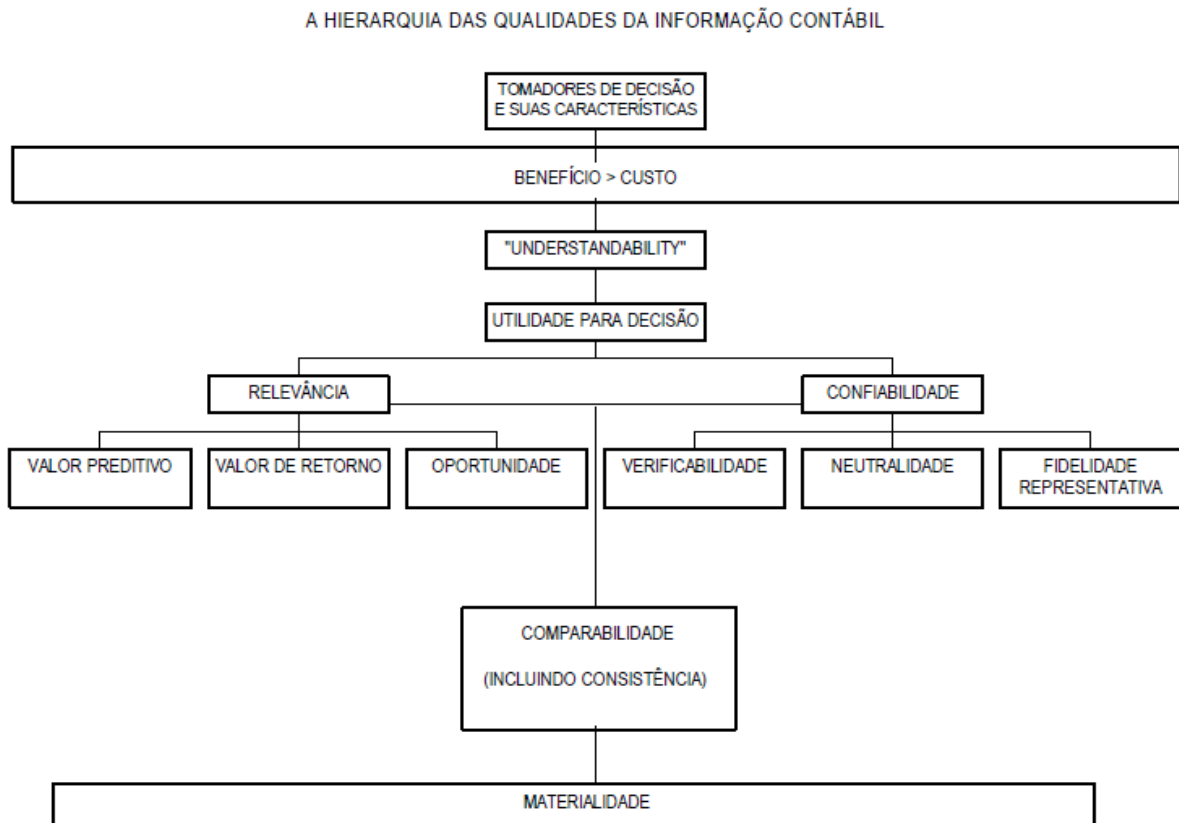


Figura 1: Características essenciais de uma informação contábil de qualidade

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999, p.96)

Neste trabalho, o foco se encontra em duas destas, na comparabilidade e na relevância. De acordo com a figura 1 percebe-se que a comparabilidade representa o elo entre a relevância e a confiabilidade da informação. Ou seja, para verificar que a informação é relevante, se faz necessário compará-la com outras. O mesmo raciocínio se aplica à confiabilidade, uma informação isolada pode não transmitir a credibilidade que se demanda de uma demonstração financeira.

1.3 Adoção do IFRS no mundo

Aqui no Brasil este assunto entrou no foco recentemente, portanto, ainda é pequena a quantidade de artigos relativos ao processo de convergência para as normas internacionais disponíveis para pesquisa na comunidade acadêmica brasileira. No entanto, foi possível verificar a existência de diversos artigos internacionais que contribuíram bastante para a elaboração da pesquisa proposta. A grande existência de obras com este foco se deve ao fato de diversos países do continente europeu ter adotado completamente as normas internacionais de contabilidade (IFRS) em 2005. E devido ao fato de estas nações sofrerem impactos relevantes, a comunidade acadêmica europeia inspirou-se com este assunto de pesquisa e deu origem a vários estudos.

Durante a revisão de literatura verificou-se características muito distintas entre os processos de transição para a norma internacional (IFRS) em várias nações da União Européia, na China, nos Estados Unidos e no Brasil.

Embora fora do continente europeu, vale destacar a rica contribuição chinesa com a publicação de artigos repletos de informação valiosa sobre este tema, o que foi surpreendente, haja vista que não se esperava encontrar trabalhos sobre impacto das normas internacionais sobre empresas de uma nação praticamente fechada politicamente.

Na China foi praticada uma convergência para o IFRS de forma lenta e gradual, até porque a China há cerca de 30 anos atrás vivia tempos de economia planificada e estava começando a modificar a sua orientação econômica para o mercado, de acordo com Ding e Su (2008). Os autores consideram que o processo de adoção para o IFRS deve ser compreendido desde 1978 quando se iniciou a reforma econômica chinesa.

Tão lenta quanto a adoção chinesa está sendo o processo Norte-americano de convergência para as normas internacionais. Em 2008, a Comissão de Negociação de Valores Imobiliários (SEC – Securities Exchange Commission) divulgou a sua proposta de plano de convergência por escrito e posteriormente em 2010, manifestou a intenção de adotar a norma internacional. No entanto, se a SEC, de fato, decidir por convergir ao padrão internacional esta convergência deverá ocorrer somente em 2015 ou 2016.

Já na Europa, a transição para o IFRS se deu de forma mais acelerada. Em 2002 houve o anúncio oficial da aplicação compulsória do IFRS para todas as empresas com ações negociadas em bolsa nos países integrantes da União Européia; em 2005 a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas conforme o IFRS era obrigatório, além de ser demandado o reprocessamento das demonstrações financeiras de 2004 no padrão local para garantir a comparabilidade contábil. Devido a este curto espaço de tempo, verificou-se que algumas nações já acostumadas com regras e padrões contábeis mais rígidos, ou seja, com caráter normativo, adaptaram-se melhor e mais rápido, como foi o caso da Espanha, que já tinha um sistema contábil com raízes legais, como constatou Callao, Jarne e Laínez (2007). Na Itália, por exemplo, o decreto-lei 58/2005 determinou que empresas facultassem publicar de acordo com as normas internacionais em 2005, mas em 2006 as demonstrações financeiras deveriam seguir as novas regras contábeis, de acordo com Cordazzo (2007). E seguindo os exemplos da Espanha e da Itália, podemos citar a Grécia, a França, a Alemanha e a Inglaterra, onde as empresas presentes nestas nações tiveram que se adequar rapidamente às novas regras contábeis e diante desta característica compulsória, muitas empresas destas nações tentaram tirar proveito da situação, e procuraram identificar o melhor momento para fazer a transição, uma vez que não teriam como evitar esta determinação.

Na China, Ding e Su (2008) também perceberam que a transição de um sistema rígido para um sistema baseado em normas que permitem certas interpretações provocou o surgimento de oportunidades que foram utilizadas para melhorar os resultados das empresas chinesas, tais como a utilização diferenciada das taxas de depreciação dos imobilizados e o reconhecimento de receitas de relações entre empresas do mesmo grupo (*holding*), normalmente controladas pelo governo. Portanto, nota-se que as empresas chinesas, em geral, não estão prontas para a convergência, pois o seu governo é o principal acionista das principais empresas e o próprio Estado quem regula o mercado, sendo assim, existe uma questão ética que deve ser resolvida.

E na Espanha, Callao, Jarne e Laínez (2007) pesquisaram qual foi o impacto do IFRS na relação valor contábil e valor de mercado de 26 empresas (amostra selecionada no dia 30

de Junho de 2005) listadas na Bolsa de Valores de Madri no período correspondente aos anos de 2004 e 2005 e revelaram que o valor contábil está, na verdade, mais distante do valor de mercado quando o IFRS é aplicado do que ocorre quando o padrão espanhol é aplicado.

Os autores Callao, Jarne e Laínez (2007) desenvolveram uma análise qualitativa das diferenças entre as normas de contabilização (IFRS versus Espanha GAAP) e uma análise quantitativa para avaliar as implicações da adoção da norma internacional, analisando assim a comparabilidade entre as normas e a relevância das informações geradas por cada uma na tomada de decisões pelos investidores.

Tabela 1: Efeitos do IFRS nos países

Países	Efeito no PL		Efeito no LL	
	Sinal	Magnitude	Sinal	Magnitude
Itália	Negativo	5%	Positivo	14%
Espanha	Negativo	4%	N/D	N/D
Grécia	Negativo	1%	Positivo	14%
Portugal	Negativo	3%	Positivo	15%
França	Positivo	6%	Positivo	13%
Alemanha	Positivo	3%	Positivo	1%
Inglaterra	Positivo	12%	Positivo	12%
Suécia	Positivo	5%	Positivo	10%

Fonte: Adaptado de Santos Júnior et al. (2011)

Identificaram-se também estudos sobre consequências econômicas decorrentes do processo de convergência para o padrão internacional. A Tabela 1 resume os efeitos da adoção do IFRS em algumas das principais economias do mundo.

Diante de uma gama de artigos ampla, foi possível verificar que muitos autores se preocuparam no primeiro momento em analisar o impacto da adoção do IFRS no seu país, e, posteriormente, foram sendo publicados artigos com um foco na relevância da informação contábil sob diferentes padrões, conforme ilustra o Quadro 1. Também é possível verificar nesta tabela que o período de transição de uma norma para outra desperta bastante o interesse dos pesquisadores, isso se deve a curiosidade sobre os efeitos provocados por esta adoção por parte dos agentes do mercado.

Referências	País analisado	Ano	Tema	Resultados
Navarro-García e Bastida (2006)	Espanha	2004	Um ponto de vista empírico sobre a percepção do IFRS pelas companhias espanholas listadas	O IFRS é percebido como uma regulamentação de alta qualidade para a tomada de decisões, mas também é visto como um padrão bem diferente do espanhol. IFRS não é considerado pelos respondentes do questionário como um padrão mais apropriado que o espanhol.
Rahman, Yammeesri e Perera (2010)	Estados Unidos, Japão, Tailândia, França e Alemanha	1994 a 2005	A qualidade das demonstrações financeiras em contexto internacional: Um estudo comparativo entre os Estados Unidos, Japão, Tailândia, França e Alemanha.	É possível observar uma variedade de práticas contábeis que resultam em diferentes níveis de ganhos entre estes países
Callao, Jarne e Laínez (2007)	Espanha	2004 e 2005	Adoção do IFRS na Espanha: Efeitos na Comparabilidade e na Relevância das Demonstrações Financeiras	A evolução do valor de mercado das firmas espanholas não está alinhada com seus valores contábil no período analisado, independentemente das regras aplicadas pelas firmas. A variação relativa no valor de mercado difere mais da variação contábil usando a norma espanhola.
Cordazzo (2007)	Itália	2006	O impacto do IAS/IFRS nas práticas contábeis: Evidências de companhias italianas	Na média geral, o LL aumentou 14% com a adoção do IFRS. O PL reduziu em 5%. E o ROE aumentou em 12,5% com a implementação do IFRS.
Iatridis e Rouvolis (2010)	Grécia	2004 a 2006	Os Efeitos pós-adoção da implementação do IFRS na Grécia	No período que antecede a adoção, nota-se grande volatilidade nas demonstrações financeiras das empresas gregas o que sugere o gerenciamento de resultados. No exercício subsequente, esta volatilidade se reduz, o que confirma a conclusão.
Ding e Su (2008)	China	1978 a 2008	Adoção do IFRS num Mercado Regulado	As empresas chinesas, em geral, não estão prontas para a convergência, pois o seu governo é o principal acionista das principais empresas e o próprio Estado quem regula o mercado. Portanto, existe uma questão ética que deve ser resolvida.
Lima et al. (2010)	Brasil	2008	Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil	Existe associação estatística positiva e significativa entre o tamanho da companhia e o nível de atendimento às práticas de convergência contábil. Existe associação estatística positiva e significativa entre a maior exposição da companhia ao mercado internacional e o nível de atendimento às práticas de convergência contábil. Existe associação estatística positiva e significativa entre necessidade de financiamento e o nível de atendimento às práticas de convergência contábil.

Quadro 1: Estudos sobre convergência para o IFRS

Nota: O quadro 1 encontra-se organizado de acordo com o ano de publicação do estudo

Fonte: Nascimento, 2012.

1.4 Adoção do IFRS no Brasil

O processo de convergência para o padrão contábil internacional no Brasil se desenvolveu em duas etapas, conduzidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com respaldo da autoridade reguladora do mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A figura 2 ilustra as fases do processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade no Brasil.

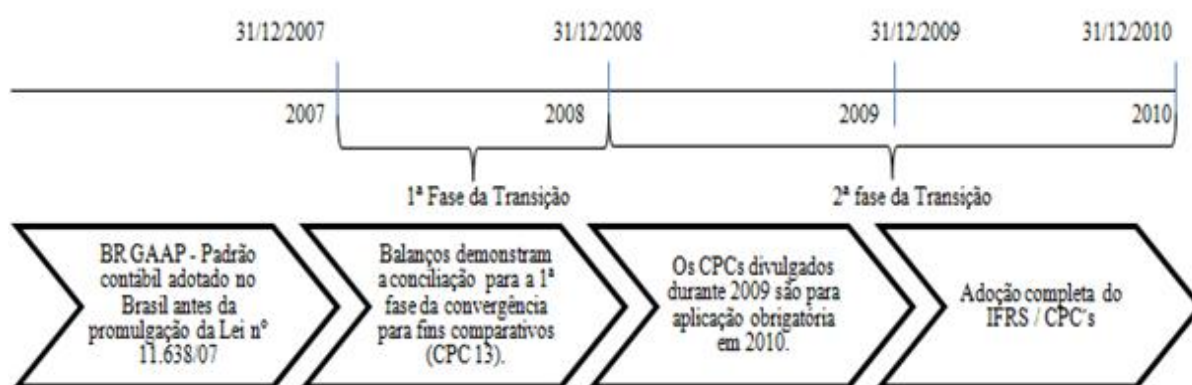


Figura 2: Linha do tempo do processo de convergência ao IFRS no Brasil

Fonte: Nascimento, 2012.

A primeira fase, executada em caráter de urgência, ficou marcada pela promulgação da Lei nº 11.638/07. Nesta fase foram aprovados os primeiros 14 Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, com aplicação obrigatória pelas empresas na elaboração das demonstrações contábeis elaboradas a partir do exercício de 2008.

Na segunda fase, do processo de convergência compreendeu a emissão de outros 29 Pronunciamentos Técnicos, e revogação do CPC 14, no decorrer dos anos de 2009 e 2010. As novas normas contábeis tiveram aplicação obrigatória para as demonstrações contábeis publicadas a partir do exercício de 2010, sendo obrigatória a divulgação de informações contábeis comparativas para os exercícios de 2008 e 2009.

O processo de convergência contábil apresentou como principal peculiaridade a utilização de dois anos como período de transição, diferentemente da Europa, em que a transição ocorreu em apenas um ano. Adicionalmente, no Brasil as empresas passaram a

adotar as normas internacionais em suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, enquanto na Europa a adoção obrigatória ficou restrita às demonstrações contábeis consolidadas. Destaca-se ainda que em outros países, como a China, por exemplo, o processo de transição foi gradual envolvendo diversos anos.

A CVM exigiu através do Pronunciamento Técnico CPC 13 que na adoção inicial das novas normas as empresas evidenciassem em Nota Explicativa a reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido apurados conforme as normas do padrão brasileiro vigente à época (BRGAAP) e o novo padrão (IFRS). Mais especificamente, as informações comparativas publicadas pelas empresas em geral apresentavam: (a) conciliação dos efeitos da mudança de prática contábil sobre o Patrimônio Líquido e sobre o Lucro Líquido; e/ou (b) conciliação dos efeitos da mudança de prática contábil nos componentes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado.

1.5 Mercado de capitais brasileiro

O mercado de capitais brasileiro (ações de aproximadamente 500 empresas) é administrado pela Bolsa de Mercadorias e Futuro / Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F/BOVESPA). O índice IBOVESPA é definido pela Bolsa de Mercadorias e Futuro / Bolsa de Valores de São Paulo como sendo o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 02/01/1968, a partir de uma aplicação hipotética. O índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes.

A finalidade básica do Ibovespa é a de servir como indicador médio do comportamento do mercado. Para tanto, sua composição procura aproximar-se o máximo possível da real configuração das negociações à vista (lote-padrão) na BM&FBOVESPA.

O Índice Bovespa é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBOVESPA e também de sua tradição, pois o índice manteve a integridade de sua série histórica e não sofreu modificações metodológicas desde sua implementação em 1968. (BM&FBOVESPA, 2011)

2 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia realizada na pesquisa, começando com a subseção de seleção da amostra, na qual são evidenciados os critérios utilizados para justificar a composição da amostra considerada nos testes estatísticos; em seguida introduz-se a coleta de dados, que descreve um dos pontos fortes deste estudo que compreendeu o processo de coleta de dados e tabulação manuais; por fim são explicados os modelos usados para análise dos dados.

2.1 Seleção da amostra

Foi escolhido o IBOVESPA, que é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por n ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez, ponderadas pela quantidade e volume de ações negociadas. Acreditava-se à época da escolha que seria mais fácil ter acesso aos dados financeiros destas empresas (a amostra selecionada é composta somente por ações ordinárias), que possuem maior liquidez no mercado.

Portanto, como parte dos critérios de pesquisa estabelecidos, decidiu-se por pesquisar as empresas que compunham o índice IBOVESPA. A seleção das referidas empresas decorre dos seguintes aspectos: (a) as informações estão publicamente disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários; e (b) a qualidade média da divulgação de informações é superior as demais empresas brasileiras, conforme já evidenciado na literatura contábil, permitindo uma adequada coleta e tabulação dos dados necessários para a pesquisa.

A amostra foi selecionada a partir das companhias que faziam parte do grupo das empresas que compunham o IBOVESPA em Abril 2011. O grupo analisado é composto por empresas com as maiores capitalizações no mercado de capitais, além de serem bastante representativas para o comportamento e evolução do mercado de capitais brasileiro no período.

A tabela 2 apresenta a composição da amostra utilizada no estudo.

Tabela 2: Composição da amostra

	Quantidade de empresas
Empresas do IBOVESPA (ON e/ou PN Abril/2011)	69
Instituições financeiras	-7
Antecipação da adoção das normas (a)	-2
Inconsistências nos dados (b)	-3
Empresa constituída em 2009 (c)	-2
Formação de Joint Venture com grupo internacional (d)	-1
Empresas com dois tipos de papéis compondo o índice (e)	-5
Amostra	49

Notas: (a) a empresa Gerdau adotou as normas internacionais (IFRS) antecipadamente e possui dois tipos de papéis compondo o índice; (b) as empresas apresentaram dados divergentes na nota explicativa, onde valores informados nas demonstrações financeiras de 2008, não coincidiam com os valores informados na publicação revisada de 2010; (c) as empresas não têm demonstrações financeiras de 2008 para serem comparadas; (d) a empresa COSAN se fundiu com a SHELL, em 2010, e alterou o fim do exercício social para 31 de março de cada ano; (e) excluídos os papéis PN daquelas empresas que apresentavam mais de um tipo de papel compondo o índice, com o intuito de não replicar os dados nas análises de comparabilidade e relevância adiante.
Fonte: Nascimento, 2012.

Foram eliminadas da análise as sete instituições financeiras (inclusive participações e a BMF/Bovespa) da amostra devido às peculiaridades da indústria financeira e sua regulação específica. Adicionalmente, outros treze papéis também foram descartados da amostra: (a) a empresa Gerdau por ter adotado o IFRS antecipadamente que apresenta papéis tipo ON e PN; (b) três empresas que apresentaram informações contábeis inconsistentes para o período, ou seja, informações financeiras discriminadas em uma determinada conta em 2008, não coincidiam com os valores revistos no ano de 2010 e não havia explicação para a divergência nas notas explicativas; (c) duas por terem sido constituídas em 2009, ou seja, exatamente no meio do período de convergência, e não apresentar demonstrações financeiras antes deste ano, sendo assim não seria possível fazer uma comparação entre o resultado do período que antecedeu o processo de convergência ao IFRS e o resultado posterior; e (d) uma empresa que realizou uma fusão com um grupo internacional, além de ter alterado o fim do exercício social para 31 de março de cada ano em assembleia geral ordinária e extraordinária de seus acionistas, o que provocou a publicação do exercício de 2009 com 11 meses de operação, portanto não comparável com o exercício de 2010 (esta mudança acarretou no atraso da publicação das demonstrações financeiras em relação às demais empresas - junho de 2010 – após o período de coleta de dados deste estudo); (e) e também foram excluídos da amostra mais cinco papéis PN daquelas empresas que apresentavam mais de um tipo de papel

compondo o índice, com o intuito de não replicar os dados nas análises de comparabilidade e relevância.

O APÊNDICE I apresenta a lista das empresas analisadas, já considerando as exclusões explicadas.

2.2 Coleta de dados

Em decorrência da ausência de uma base de dados estruturada com as informações contábeis necessárias para a realização da pesquisa, os dados das métricas e indicadores contábeis foram coletados a partir das demonstrações contábeis consolidadas disponíveis no banco de dados da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>) referentes aos anos de 2008 (primeira fase) e 2010 (segunda fase). E a data de corte para a coleta dos dados foi 30/06/2011.

É importante destacar que as informações necessárias para a pesquisa foram coletadas e tabuladas manualmente e constituiu uma característica relevante do estudo. Na primeira etapa da pesquisa, coletaram-se os dados correspondentes aos valores do lucro líquido e do patrimônio líquido nos anos de 2008 e 2009 sob diferentes normas contábeis (norma contábil brasileira - BRGAAP e CPC/IFRS) apresentados nas notas explicativas através de tabelas de conciliação. O CPC 13, norma esta que introduzia a Lei nº 11.638/07, recomendava (não era compulsório) que já em 2008 (na 1ª fase) as empresas apresentassem uma tabela de conciliação dos lucros líquidos e dos patrimônios líquidos apresentados nos anos de 2007 e 2008, onde ficavam evidenciados os ajustes realizados pelas companhias no processo de adaptação ao IFRS, permitindo aos usuários das informações contábeis que avaliassem os impactos da convergência para a norma internacional.

Posteriormente, foram levantados os dados das contas contábeis relacionadas na Tabela 3 para os valores contábeis republicados dos anos de 2008 e 2009 e calculados os indicadores financeiros.

Tabela 3: Variáveis Contábeis e Indicadores Financeiros Analisados

Variáveis	Definição
Contas do Balanço:	
Caixa	Caixa + disponíveis e equivalentes
Contas a receber	Recebíveis + Investimentos de curto prazo
Estoques	Bens produzidos para a venda + Bens em processo de produção + materiais ou suprimentos
Imobilizado	Ativos Fixos + Investimentos de Longo prazo
Intangível	Ativos Intangíveis
Ativo Total	Ativo Circulante + Ativo não Circulante
Passivo Circulante	Dívidas a pagar de curto prazo
Passivo não Circulante (Sem PL)	Dívidas a pagar de longo prazo
Patrimônio Líquido	Capital integralizado + Reservas
Contas de Resultado:	
LAJIDA = EBITDA	Lucro Operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
LAIR = EBIT	LAJIDA - Depreciação - Amortização
Lucro Líquido	LAIR - IRPJ - CSLL
Indicadores Financeiros:	
Liquidez Corrente	$(\text{Caixa} + \text{Contas a Receber} + \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Seca	$(\text{Caixa} + \text{Contas a Receber}) / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Imediata	$\text{Caixa} / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Geral	$\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante (Sem PL)})$
Endividamento Geral	$(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante (Sem PL)}) / \text{PL}$
ROA 1 - Retorno sobre o Ativo	$\text{EBITDA} / \text{Ativo Total}$
ROA 2 - Retorno sobre o Ativo	$\text{EBIT} / \text{Ativo Total}$
ROA 3 - Retorno sobre o Ativo	$\text{LL} / \text{Ativo Total}$
ROE 1 - Retorno sobre o PL	EBIT / PL
ROE 2 - Retorno sobre o PL	LL / PL

Nota: As variáveis contábeis e os indicadores financeiros analisados são equivalentes aos presentes na lista analisada por Callao et al. (2007).

Fonte: Nascimento, 2012.

2.3 Análise dos dados

Para efetuar a análise dos dados utilizou-se métodos quantitativos. As informações coletadas foram codificadas, tabuladas e analisadas com apoio dos *softwares* Microsoft Excel e SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

As hipóteses foram avaliadas usando testes de diferenças de médias paramétricos (t de student) e não paramétricos (teste de Wilcoxon) dependendo da normalidade das variáveis. E

para verificar se os dados possuem uma distribuição normal, foi utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

2.3.1 Análise dos impactos na comparabilidade das demonstrações contábeis com a adoção das IFRS

Nesta subseção da pesquisa foi reproduzida a metodologia utilizada por Callao et al. (2007), no artigo “*Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting*”, com o intuito de se verificar os impactos provocados pela adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) na comparabilidade das informações contábeis publicadas pelas empresas abertas que compõem o Índice IBOVESPA.

A aplicação do teste de diferença de médias tem como objetivo verificar se existe diferença significativa entre 21 variáveis e indicadores contábeis (contas do balanço, contas de resultado e indicadores financeiros – vide Tabela 3) divulgadas sob o padrão contábil anterior (BRGAAP) e sob o novo padrão contábil (CPC/IFRS) no mesmo exercício contábil (demonstrações contábeis republicadas nos termos do CPC 13).

A seguinte hipótese foi testada utilizando o teste de média:

H_a – Não existe diferença significativa entre a variável contábil apurada sob o padrão contábil BRGAAP no ano em questão e sob o padrão contábil CPC/IFRS no mesmo ano.

O nível de significância considerado para fins de análise dos dados estatísticos considerados neste estudo é de 10%.

2.3.2 Análise dos impactos na relevância das demonstrações contábeis com a adoção das IFRS

Para examinar a relevância das demonstrações contábeis decorrentes do impacto do IFRS sobre a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas, foi utilizada a metodologia usada no estudo de Callao et al. (2007).

É importante mencionar que a base de dados utilizada para analisar a Relevância Contábil foi extraída da base de dados Económica, em 10 de Novembro de 2011, e complementada com algumas informações presentes na tabulação efetuada manualmente para os testes de Comparabilidade.

2.3.2.1 Análise Univariada dos Dados

Para análise da diferença entre a relação valor contábil e valor de mercado (BtM) apurada sob dois padrões contábeis distintos (padrão local e padrão internacional), foram analisadas as seguintes variáveis:

$$\mathbf{BtM}_{i\text{ BRGAAP}} = \mathbf{B}_{i\text{ BRGAAP}} / \mathbf{MV}_i \quad (1)$$

e

$$\mathbf{BtM}_{i\text{ IFRS/CPC}} = \mathbf{B}_{i\text{ IFRS/CPC}} / \mathbf{MV}_i \quad (2)$$

Onde:

\mathbf{BtM}_i é o indicador que relaciona o valor contábil sob o padrão brasileiro vigente à época (BRGAAP) ou o novo padrão (CPC/IFRS) com o valor de mercado ($BtM = Book\ to\ Market$);

\mathbf{B}_i é a variável que representa o valor contábil do Patrimônio Líquido sob o padrão brasileiro ou o novo padrão (CPC/IFRS) por ação; e

\mathbf{MV}_i é a variável que representa o valor de mercado (valor das ações de 31 de Dezembro de cada ano);

Baseando-se nas variáveis citadas, foi testada a seguinte hipótese nula:

\mathbf{H}_b – Não há diferença significativa entre os indicadores $\mathbf{BtM}_{i\text{ BRGAAP}}$ e $\mathbf{BtM}_{i\text{ CPC/IFRS}}$.

Em seguida, foi analisada a relação entre a evolução no valor de mercado da empresa e o valor contábil no padrão internacional ou o local (padrão brasileiro). Com este propósito, utilizaram-se valores absolutos para verificar as variações relativas no valor de mercado e no contábil sob ambos os padrões.

$$\mathbf{VAR}_{iMV} = | (MV_{it} - MV_{i,t-1}) / MV_{i,t-1} | \quad (3)$$

$$\mathbf{VAR}_{iBRGAAP} = | (B_{iBRGAAP,t} - B_{iBRGAAP,t-1}) / B_{iBRGAAP,t-1} | \quad (4)$$

$$\mathbf{VAR}_{iCPC/IFRS} = | (B_{iCPC/IFRS,t} - B_{iCPC/IFRS,t-1}) / B_{iCPC/IFRS,t-1} | \quad (5)$$

A hipótese nula foi testada como segue:

H_c – Não há diferença significativa entre a variação relativa (**VAR_i**) do valor contábil sob o padrão BRGAAP ou IFRS/CPC e a variação no valor de mercado (**VAR_{iMV}**).

Devido às peculiaridades do processo de convergência no Brasil, os testes foram realizados para os seguintes anos: 2008 (Demonstrações Financeiras de 2008 – 1ª Fase – Adoção da Lei nº 11.638/07), 2008 (Demonstrações Financeiras de 2010 – 2ª Fase – *Full IFRS* – rerepresentadas) e 2009 (Demonstrações Financeiras 2010 – 2ª Fase – *Full IFRS*).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados dos testes realizados para verificar a comparabilidade e a relevância contábil. Nesta seção, também são comparados os resultados desta pesquisa com os obtidos por Callao et al. (2007), trabalho que serviu de fonte de inspiração para a metodologia utilizada neste estudo.

3.1 Impactos da implementação das normas internacionais na comparabilidade dos números contábeis e nos indicadores financeiros

Inicialmente, é importante destacar que a base de dados referente à primeira fase (Demonstrações Contábeis do exercício de 2008) mostrou-se bastante reduzida haja vista que as empresas eram recomendadas (a evidenciação não era compulsória) a apresentar apenas o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido conciliados ao final do exercício de 2008 (1ª fase – adoção dos 13 CPC's). Assim, em 18 casos do total de 49 empresas pesquisadas não foi apresentado este tipo de conciliação. Tampouco foram feitas as demonstrações dos efeitos em outras variáveis contábeis. Já na segunda fase (2010), quando a evidenciação dos ajustes era compulsória, todas as empresas atenderam à determinação, ora isolando a conciliação do Patrimônio Líquido (PL) e do Lucro Líquido (LL), ora efetuando a conciliação do Balanço e do DRE por completo, e em muitos casos apresentando as duas evidenciações dos ajustes.

A tabela 4 mostra a forma de evidenciação dos ajustes pelas empresas analisadas:

Tabela 4: Evidenciação dos ajustes para as duas fases do Processo de Convergência

Tipo	1ª Fase – DF's 2008 (Lei nº 11.638/07)	2ª Fase – DF's 2010 (Adoção completa do IFRS)
Apenas A	0	6
Apenas B	29	10
Ambos	2	33
Nenhum	18	0
Total	49	49

Nota: (a) Tipo A: Evidenciação dos ajustes para todas (quase) linhas do Balanço e do DRE; (b) Tipo B: Evidenciação dos ajustes para o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido; (c) para a 2ª Fase todas as empresas apresentaram ajustes, ora tipo A, ora tipo B e na maioria das vezes ambos os tipos.

Fonte: Nascimento, 2012.

Em seguida, para que se inicie o processo de compreensão dos impactos da implementação das normas internacionais nas variáveis contábeis e nos indicadores financeiros, foi realizada uma análise da estatística descritiva de cada uma das variáveis e dos indicadores (vide APÊNDICE III).

A partir da análise dos dados apresentados na tabela 5 é possível observar que o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil foi bastante significativo (sob o enfoque econômico e estatístico) para diversas variáveis e indicadores contábeis, em ambas as fases do processo de convergência.

A tabela 5 permite verificar que, em geral, os ajustes da convergência provocaram um aumento do valor apurado para as variáveis e indicadores contábeis, após adoção das normas internacionais de contabilidade.

Analisando o Painel 1 (primeira fase do processo) da Tabela 5, é possível verificar que existe uma diferença estatisticamente significativa, ou seja, rejeita-se a hipótese nula 10 vezes em um total de 21 variáveis contábeis a um nível de significância de 10% (Contas a Receber, Intangível, Total de Ativos, Passivo não Circulante, Lucro Líquido, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata, Endividamento e ROE 2). Isso significa que na metade das variáveis analisadas durante a primeira fase da adoção às normas internacionais houve uma alteração relevante, ou seja, a introdução da Lei nº 11.638/07 gerou grande impacto nas demonstrações financeiras das empresas.

Na segunda fase do processo de convergência, Painel 2 da Tabela 5, nota-se que a hipótese nula foi rejeitada por 11 vezes em um total de 21 variáveis ao nível de significância de 10% (Contas a Receber, Intangível, Total de Ativos, Passivo não Circulante, Patrimônio Líquido, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Geral), o que representa uma pequena redução nos impactos promovidos pelas normas internacionais, ao se comparar com a primeira etapa.

Dentre as contas contábeis, destaca-se, por exemplo, o significativo impacto ocorrido na conta de “estoques” tanto na primeira fase da convergência (158,3%), quanto na segunda fase (123,4%), apesar da ausência de significância estatística.

Adicionalmente, na análise das contas contábeis, merece destaque:

(a) A diferença positiva e relevante, tanto economicamente quanto estatisticamente, para “Contas a Receber”, “Ativo Intangível” e “Passivo Não Circulante”, nas duas fases do processo;

(b) O significativo aumento do valor total do ativo total (aproximadamente um aumento de 24% nas duas fases do processo);

(c) O expressivo impacto positivo no Patrimônio Líquido apenas na segunda fase do processo (+35,1%); e

(d) O efeito oposto gerado no Lucro Líquido do Exercício de 2008 (-23,1%) e 2009 (+20,9%).

O EBITDA e o EBIT, medidas apuradas com base nos números contábeis, que são consideradas importantes pelos usuários das informações contábeis, especialmente os analistas financeiros, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas em ambas as fases do processo, apesar da expressiva variação observada no EBIT na primeira fase (-224,6%) e do EBITDA na segunda fase (127,6%).

Diferentemente do indicado em estudos anteriores, o impacto do processo de convergência para as normas internacionais no grupo “Ativo Imobilizado” não foi estatisticamente significativo, apesar de apresentar os percentuais de variação de 46,5% e 29,4%, para a primeira fase e segunda fase, respectivamente.

No APÊNDICE IV, encontra-se o teste de normalidade para todas as variáveis e indicadores analisados. Para a seleção do teste de diferença de médias para as variáveis (t de student ou Wilcoxon, paramétrico e não paramétrico, respectivamente), foram efetuados os testes de aderência Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

Tabela 5: Diferenças de médias antes e depois da implementação das normas internacionais de Contabilidade (observações relativas às 49 empresas)

Contas Contábeis e Indicadores Financeiros	Fase 2 – 2008 Todos os CPC's (revisitado)				Fase 2 - Todos os CPC's (2009)			
	Variação Absoluta	Variação %	Estatística (t ou Z)*	Sig.	Variação Absoluta	Variação %	Estatística (t ou Z)*	Sig.
Painel 1 - Contas Contábeis:								
Caixa Depois – Caixa Antes	300,100	15,0%	0,533	0,590	81,500	4,6%	0,652	0,520
Contas Rec. Depois – Contas Rec. Antes *	239,200	22,1%	2,167	0,040	175,900	17,2%	2,058	0,050
Estoques Depois – Estoques Antes	498,900	158,3%	1,172	0,240	358,700	123,4%	0,178	0,860
Imobilizado Depois – Imobilizado Antes	2120,000	46,5%	0,243	0,800	1494,300	29,4%	0,322	0,750
Intangível Depois – Intangível Antes	848,700	76,5%	2,038	0,040	1246,300	71,5%	1,870	0,060
Total Ativo Depois – Total Ativo Antes	6993,500	24,8%	2,778	0,000	7299,100	24,1%	2,725	0,010
Passivo Circ. Depois – Passivo Circ. Antes *	460,400	15,3%	0,271	0,780	384,100	11,7%	0,805	0,430
Pas. Não Circ. Depois – Pas. Não Circ. Antes	2195,600	53,0%	3,980	0,000	1905,700	38,9%	2,739	0,010
Pat. Liq. Depois – Pat. Liq. Antes	164,800	1,7%	0,323	0,750	3138,600	35,1%	2,918	0,000
EBITDA Depois – EBITDA Antes *	-7,132	-1,1%	-0,988	0,500	497,500	127,6%	1,447	0,290
EBIT Depois – EBIT Antes *	-220,300	-224,6%	-0,982	0,420	16,400	1,4%	0,608	0,560
Lucro Liq. Depois – Lucro Liq. Antes	-401,800	-23,1%	-3,229	0,000	311,700	20,9%	1,666	0,100
Painel 2 - Indicadores Financeiros:								
Liquidez Corr. Depois – Liquidez Corr. Antes	5,000	668,2%	2,402	0,020	0,620	57,3%	2,860	0,000
Liquidez Seca Depois – Liquidez Seca Antes	4,900	718,1%	2,589	0,010	0,530	52,7%	2,540	0,010
Liquidez Imediata Depois – Liquidez Imediata Antes	4,760	902,9%	2,356	0,020	0,400	47,2%	1,684	0,090
Liquidez Geral Depois – Liquidez Geral Antes	5,540	336,2%	1,350	0,180	-0,530	-22,3%	-2,255	0,020
Endivid. Depois – Endivid. Antes	1,700	186,2%	1,980	0,050	-0,090	-7,4%	-1,284	0,200
ROA1 Depois - ROA1 Antes	0,003	-1,1%	1,000	0,320	0,003	109,9%	0,535	0,590
ROA2 Depois - ROA2 Antes	0,004	173,3%	1,342	0,180	0,000	2,1%	0,664	0,510
ROA3 Depois - ROA3 Antes	0,002	12,6%	8,720	0,390	0,013	55,9%	2,031	0,050
ROE1 Depois - ROE1 Antes	-0,031	148,5%	-1,342	0,180	0,024	44,7%	0,910	0,360
ROE2 Depois - ROE2 Antes	-0,020	-31,8%	-2,070	0,040	-0,004	-2,4%	-0,656	0,510

Notas: (a) Variáveis contábeis (em R\$ milhões) e indicadores financeiros apurados de acordo com os dois padrões contábeis; (b) A variação absoluta refere-se à diferença da métrica depois e antes da mudança; (c) A variação percentual refere-se a variação absoluta (depois – antes) dividida pela métrica antes da mudança; (d) O teste de hipóteses consiste na Estatística Z (Teste de Wilcoxon) para variáveis com distribuição não normal e estatística *t* (*Student*) para variáveis com distribuição normal (indicado com *).

Fonte: Nascimento, 2012.

3.1.1 Análise comparativa dos resultados observados no Brasil e na Espanha

Tendo em vista que a metodologia utilizada neste estudo fora inspirada no artigo de Callao et al. (2007), também foi realizada uma comparação entre os resultados obtidos por ambos os trabalhos. Em relação aos resultados dos testes de diferenças de médias, o estudo realizado na Espanha verificou que a hipótese nula foi rejeitada por 13 vezes num total de 25 variáveis analisadas a um nível de significância de 10%. Isto é, destas 13 rejeições, apresentaram diferenças significativas (a 1%) 6 variáveis contábeis, são elas Contas a Receber, Caixa, Patrimônio Líquido, Passivo não Circulante, Passivo Total, e Ativo Circulante, sendo que estas duas últimas não foram analisadas nesta pesquisa. E 7 indicadores financeiros, Liquidez Imediata, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Endividamento a 1% de significância e ROA 1, ROE 1 e ROE 2 (a 5%).

Na tabela 6 é possível comparar os resultados obtidos para os testes de médias entre os estudos de Callao et al. (2007) e as duas fases de convergência no Brasil.

Callao et al. (2007) concluíram que as demonstrações financeiras das companhias espanholas ao adotarem o IFRS refletiram:

- 1) Aumentos nas contas Caixa, no Passivo não Circulante, no Passivo Total, nos índices de Liquidez Imediata, Endividamento e ROE 1 e ROE 2; e
- 2) Reduções nas variáveis Contas a Receber, Patrimônio Líquido, Lucro Operacional, Liquidez Corrente e ROA 1.

Merece destaque o fato de as variáveis Contas a Receber, Passivo não Circulante, Liquidez Corrente e Liquidez Seca apresentarem resultados significativos nos dois estudos, ademais apresentou alta significância nas duas fases do processo de convergência brasileiro.

Outro fato curioso, é relativo às variáveis Caixa, ROA 1 e ROE 1 que apresentaram resultados significativos no estudo realizado na Espanha, mas não ocorreu o mesmo no Brasil. E no sentido oposto, percebe-se que as variáveis Intangível e Ativo Total sofreram impactos relevantes, diferentemente do ocorrido na Espanha.

Tabela 6: Comparação entre os resultados dos estudos do Teste de Diferença de Médias (significativos a pelo menos 10%)

Variáveis	<u>Espanha (n = 23)</u>	<u>Brasil (n=49)</u>	
	Callao et al. (2007)	2ª Fase (2008)	2ª Fase (2009)
Contas do Balanço Patrimonial			
Caixa	(-) Sig. a 1%	-	-
Contas a receber	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 5%
Estoques	-	-	-
Imobilizado	-	-	-
Intangível	-	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 10%
Ativo Total	-	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Passivo Circulante	-	-	-
Passivo não Circulante (Sem PL)	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Patrimônio Líquido	(-) Sig. a 1%	-	(-) Sig. a 1%
Contas de Resultado			
LAJIDA = EBITDA	-	-	-
LAIR = EBIT	-	-	-
Lucro Líquido	-	(-) Sig. a 1%	-
Indicadores Financeiros			
Liquidez Corrente	(+) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 1%
Liquidez Seca	(+) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 1%
Liquidez Imediata	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	-
Liquidez Geral	-	-	(-) Sig. a 5%
Endividamento Geral	(-) Sig. a 1%	(-) Sig. a 5%	-
ROA 1 - Retorno sobre o Ativo	(-) Sig. a 1%	-	-
ROA 2 - Retorno sobre o Ativo	-	-	-
ROA 3 - Retorno sobre o Ativo	-	-	-
ROE 1 - Retorno sobre o PL	(-) Sig. a 5%	-	-
ROE 2 - Retorno sobre o PL	(-) Sig. a 5%	(-) Sig. a 5%	-

Nota: (a) O significado das variáveis encontra-se na Tabela 3; (b) as variáveis ativo circulante e Passivo Total foram analisadas no artigo da Callao et al. (2007), mas não foram analisadas nesta pesquisa. (c) Estão listadas nesta tabela apenas as variáveis e indicadores contábeis analisados nesta pesquisa. (d) Variáveis sem indicação de significância, significa que o nível de significância é superior a 10%. (e) Os sinais indicados entre parênteses indicam o sinal do coeficiente da Estatística t ou Z.
Fonte: Nascimento, 2012.

3.1.2 Análise qualitativa do impacto das novas normas contábeis no patrimônio líquido e no lucro líquido

Ao analisar qualitativamente as demonstrações financeiras arquivadas pelas empresas que compõem esta amostra ao final do ano de 2009, observa-se que 100% das empresas analisadas apresentaram em notas explicativas a conciliação dos efeitos da mudança sobre o Patrimônio Líquido e sobre o Lucro Líquido, tal comportamento não foi observado na 1ª Fase em 2008 (Lei nº 11.638/07).

A fim de se obter uma percepção do impacto de cada norma nas empresas, buscou-se detalhar os efeitos da mudança a partir da conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido com as informações obtidas.

A tabela 7 apresenta o detalhamento dos efeitos do processo de convergência nas demonstrações contábeis dos anos 2008 e 2009 para cada nova norma emitida, bem como, a frequência de sua adoção.

Merece destaque o fato de que 42 empresas informaram não ter havido impacto no Lucro Líquido promovido pela adequação ao IFRS na 1ª fase (2008), e conseqüentemente, por 18 vezes não apresentaram evidenciação de ajustes.

Surpreende o fato de apenas 20 companhias (41%) perceberem os efeitos do CPC 13 (Baixa do Ativo Diferido e orientações para a adoção do IFRS), mesmo assim esta foi a norma que apresentou a maior frequência de citações, ainda na primeira fase de 2008.

Em relação à conciliação do Patrimônio Líquido para o ano de 2009 (Fase 2), observou-se que o Pronunciamento Contábil 27 (Ajuste de Avaliação Patrimonial) foi a norma que promoveu a maior alteração em termos monetários (R\$ 8 Bilhões), o que era esperado.

Já em relação ao patrimônio líquido de 2009, verificou-se que o CPC 15 (Combinação de Negócios) foi a principal justificativa de mudanças em termos monetários (R\$ 17 Bilhões) e em termos de frequência (19 empresas representando 39%). O CPC 26 (Reclassificação de não controladores para o Patrimônio Líquido) também impactou expressivamente o patrimônio líquido do período (R\$ 14 Bilhões).

Quanto ao lucro líquido de 2009, O CPC 15 foi a principal justificativa para ajustes do lucro líquido no que diz respeito a valores (R\$ 13 Bilhões), sendo 14 casos (28,6%) e o CPC 32 foi responsável por 16 reajustes (32,7%).

Outro aspecto importante observado foi a grande quantidade de empresas que não divulgaram a norma contábil que provocou o impacto no processo de convergência contábil. Em resumo, foram 20 empresas (41%) para os ajustes do patrimônio líquido e 21 empresas (42,9%) para o lucro líquido do exercício de 2009.

Tabela 7: Análise dos Efeitos dos Ajustes por Norma Contábil - CPC (R\$ milhões)

CPC	2008 (1ª fase)			2008 (1ª fase)			2008 (2ª fase)			2009 (2ª fase)			2009 (2ª fase)		
	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito LL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito LL (a)	Fr (b)	% (c)
CPC 01	-	-	-	-	-	-	(7)	1	2,0%	-	-	-	(41)	2	4,1%
CPC 02	(480.000)	1	2,0%	-	-	-	(88)	2	4,1%	(10)	1	2,0%	(2)	1	2,0%
CPC 04	-	-	-	(827)	4	8,2%	-	-	-	(619)	4	8,2%	389	5	10,2%
CPC 06	(593)	1	2,0%	(974)	1	2,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125)	3	6,1%
CPC 11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2,0%
CPC 12	(593)	1	2,0%	(376)	2	4,1%	-	1	2,0%	(4)	1	2,0%	(1)	1	2,0%
CPC 13	-	-	-	(3.103)	20	40,8%	(0,03)	28	57,1%	(1.651)	18	36,7%	486	13	26,5%
CPC 15	-	-	-	-	-	-	(2.319)	6	12,3%	16.717	19	38,8%	13.182	14	28,6%
CPC 16	-	-	-	-	-	-	(1.331)	4	8,2%	(143)	5	10,2%	(84)	3	6,1%
CPC 18	-	-	-	-	-	-	(67)	2	4,1%	(243)	4	8,2%	53	4	8,2%
CPC 19	-	-	-	-	-	-	448	4	8,2%	(2)	1	2,0%	16	1	2,0%
CPC 20	-	-	-	-	-	-	104	9	18,4%	2.520	6	12,2%	2.566	11	22,4%
CPC 25	-	-	-	-	-	-	(170)	25	51%	(538)	6	12,2%	81	5	10,2%
CPC 26	-	-	-	-	-	-	1.452	29	59,2%	14.688	6	12,2%	19	2	4,1%
CPC 27	-	-	-	-	-	-	14.038	17	34,7%	8.031	10	20,4%	(182)	5	10,2%
CPC 29	-	-	-	-	-	-	2.421	5	10,2%	1.906	4	8,2%	(212)	4	8,2%
CPC 30	-	-	-	-	-	-	(44)	8	16,3%	(330)	9	18,4%	301	9	18,4%
CPC 32	-	-	-	-	-	-	(2.058)	20	40,1%	(351)	8	16,3%	(495)	16	32,7%
CPC 33	-	-	-	-	-	-	480	13	26,5%	525	9	18,4%	(190)	11	22,4%
CPC 37	-	-	-	-	-	-	0	2	4,1%	(210)	3	6,1%	(156)	3	6,1%
CPC 38	-	-	-	-	-	-	1.149	3	6,1%	(39)	4	8,2%	(1.060)	7	14,3%
ICPC 01	-	-	-	-	-	-	(141)	4	8,2%	(39)	1	2,0%	272	5	10,2%
ICPC 08	-	-	-	-	-	-	2.081	12	24,5%	3.721	6	12,2%	43	2	4,1%
ICPC 12	-	-	-	-	-	-	31	3	6,1%	349	5	10,2%	(872)	6	12,2%
NI (d)	-	-	-	-	-	-	2.914	31	63,2%	(1.586)	20	40,8%	(1.410)	21	42,9%
Total	-481.186			-5.279			18.893			42.692			12.579		

Notas: (a) Montante ajustado pelo CPC (em R\$ mil); (b) Frequência absoluta de empresas que foram afetadas pelo CPC; (c) Frequência relativa de empresas impactadas pelo CPC, considerando um universo de 49 empresas analisadas; (d) Alguns ajustes foram efetuados pelas empresas, mas não foram associados a um CPC (NI = Não Identificado).

Fonte: Nascimento, 2012.

3.2 Impactos da implementação das normas internacionais na relevância do patrimônio líquido e do lucro líquido

Nesta subseção são apresentados os resultados dos testes de relevância contábil, Análise Univariada dos dados, através do Teste de Médias tal como desenvolvido por Callao et al. (2007).

3.2.1 Resultados dos testes de diferença de médias dos indicadores BtM e VAR

O impacto causado pela adoção do IFRS foi analisado através da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das companhias e que aqui ficou identificada através do indicador Book to Market (BtM) e através da análise da evolução absoluta dos valores contábeis em relação aos valores de mercado.

Os testes de médias foram subdivididos em duas etapas: (a) análise das médias dos indicadores BtM e (b) análise da evolução (absoluta) para variações relativas dos valores contábeis em relação aos valores de mercado.

O APÊNDICE V apresenta a estatística descritiva que introduz a análise dos resultados dos Testes de Médias dos Indicadores BtM. Destaca-se neste Apêndice, o comportamento homogêneo dos indicadores, a exceção ficou por conta do indicador BtM 2009 Fase 2 BRGAAP (indicador que relaciona o valor do PL sob o padrão brasileiro em 2009 com o valor de Mercado) que apresentou a menor variância e o menor desvio padrão, indicando que a relação Patrimônio Líquido por ação com o Valor de Mercado das empresas foi a que apresentou a menor volatilidade.

O teste de normalidade para os indicadores BtM analisados encontra-se no APÊNDICE VI. Diante dos resultados obtidos com os testes de aderência Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, definiu-se para quais variáveis usar teste paramétrico (t de student) ou não paramétricos (teste de Wilcoxon).

Na Tabela 8 são apresentados os resultados para o Teste de Diferença de Médias para a hipótese H_b . Este teste tem o propósito de avaliar a diferença entre os indicadores formados com os dados sob o padrão BRGAAP e os dados sob o padrão IFRS.

Os resultados apresentados na Tabela 8 mostram que o indicador BtM difere a 10% de significância, quando comparados os indicadores BtM para o ano de 2008 (primeira fase da transição para o IFRS) e para o ano de 2009 (adoção completa do IFRS). Mas quando analisados os indicadores elaborados com os dados reapresentados pelas empresas (BtM 2008 Fase 2) a diferença não é estatisticamente significativa, portanto a hipótese H_b não foi rejeitada, ou seja, não há diferença significativa entre o indicador (BtM) produzido com os dados reapresentados sob IFRS em relação aos dados sob o padrão brasileiro para o ano de 2008 (Fase 2).

A partir da análise da significância, verifica-se que o teste paramétrico t de student revela uma diferença cada vez menor entre o valor contábil e o valor de mercado quando adotados os valores contábeis sob o padrão internacional, conforme indica o coeficiente t de student (em módulo, quanto menor o valor absoluto, menor a diferença entre os valores do PL e de Mercado).

Tabela 8: Teste de Diferença de Médias para a hipótese H_b

<u>Indicadores Pareados</u>	<u>Diferenças Pareadas</u>				<u>95% do intervalo de confiança da diferença</u>		t	df	Sig. (bicaudal)
	<u>Diferença de Média</u>	<u>Desvio Padrão</u>	<u>Média do erro padrão</u>	<u>Limite inferior</u>	<u>Limite superior</u>				
Btm_2008_Fase1_BRGAAP vs Btm_2008_Fase1_CPC/IFRS	0,243	0,925	0,132	-0,022	0,509	1,843	48	0,072	
Btm_2008_Fase2_BRGAAP vs Btm_2008_Fase2_CPC/IFRS	-0,924	4,955	0,708	-2,347	0,499	-1,305	48	0,198	
Btm_2009_Fase2_BRGAAP vs Btm_2009_Fase2_CPC/IFRS	-2,370	9,873	1,410	-5,206	0,466	-1,680	48	0,099	

Nota: (a) Informações relativas a 49 empresas. (b) Devido ao resultado do Teste de Normalidade efetuado indicar que a amostra é normal, apurou-se o Teste t de Student - paramétrico (APÊNDICE VI).

Fonte: Nascimento, 2012.

Corroborando com este resultado o APÊNDICE VII, que expõe a correlação pareada entre os indicadores BtM, no qual é possível observar que a correlação entre os indicadores diminui à medida que evolui o processo de adoção do padrão IFRS. Em outras palavras, significa dizer que ao se comparar os indicadores BtM (PL versus Mercado) à medida que as empresas brasileiras vão adotando a norma internacional, percebe-se que a correlação diminui entre os indicadores pareados, ou seja, aumenta-se a diferença entre os indicadores brasileiro e internacional com a implementação de novas normas.

Vale destacar que estes resultados divergem dos resultados obtidos por Callao et al. (2007) baseado no padrão contábil espanhol, ou seja, a experiência realizada na Espanha mostrou que a adoção do padrão internacional aumentou a correlação entre os indicadores BtM no padrão Espanhol e sob o padrão IFRS. Da mesma maneira ocorreu no estudo de Niskannen et al. (2000) baseado no padrão finlandês, Lin e Chen (2005) baseado no padrão chinês e Schiebel (2006) baseado no padrão alemão, que mostram uma diminuição da relevância da informação contábil à medida que as demonstrações financeiras passam a ser apresentadas sob o padrão internacional. Portanto, o padrão local se mostrou mais aderente ao valor de mercado nestes estudos que o padrão IFRS.

Tal como realizado na análise do teste anterior (BtM), sugere-se que se inicie com a estatística descritiva dos Testes de Médias para a Evolução dos Valores Contábeis e dos Valores de Mercado que está presente no APÊNDICE VIII. Neste apêndice é possível observar que a variável VAR (variação relativa) calculada com dados sob o padrão BRGAAP apresenta menos variância e desvio padrão do que as variáveis VAR analisadas sob o padrão internacional e com os dados de mercado.

O teste de normalidade também foi efetuado para as variáveis VAR analisadas e seus resultados encontram-se no APÊNDICE IX.

Tratando agora do teste de evolução das diferenças entre as normas, foi testada a hipótese H_c para verificar a partir de quando surgem as diferenças entre as variáveis VAR Mercado e Contábil à medida que o processo de transição para o IFRS foi se desenvolvendo.

Ressalta-se que este teste apenas pôde ser realizado para o ano de 2009, pois somente neste ano havia duas informações relativas ao PL (publicado em 2008 e revisitado em 2010 sob ambos os padrões).

A Tabela 9 apresenta o Teste de Diferença de Médias para o ano de 2009.

Tabela 9: Teste de Diferença de Médias para a hipótese H_c

<u>Indicadores Pareados (ano 2009)</u>	<u>Diferenças Pareadas</u>					t	df	Sig. (bi-caudal)
	Média	Desvio Padrão	Média do erro padrão	<u>95% do intervalo de confiança da diferença</u>				
Limite inferior				Limite superior				
VAR_Mercado versus VAR_Contábil_BRGAAP	0,936	1,480	0,211	0,511	1,361	4,427	48	0,000
VAR_Mercado_versus VAR_Contábil_IFRS	0,863	1,535	0,219	0,423	1,304	3,938	48	0,000

Nota: (a) Informações relativas a 49 empresas. (b) Teste de Normalidade (APÊNDICE IX) indicou que se efetuasse o Teste t de Student para a amostra que se mostrou normal (teste paramétrico).

Fonte: Nascimento, 2012.

Os resultados apresentados na Tabela 9 mostram que as variáveis VAR Mercado e VAR Contábil se diferem (a 1% de significância) para ambos os padrões contábeis. Todavia, a diferença se reduz quando a comparação é realizada com dados sob o padrão IFRS, como mostra o teste t de student. Este resultado comprova que o Valor Contábil se aproxima ao Valor de Mercado à medida que o processo de adoção ao IFRS se encaminha, o que representa um aumento na relevância agregada a informação contábil.

Os resultados deste Teste de Diferenças de Média mais uma vez diferem dos resultados obtidos pelo estudo de Callao et al. (2007), que percebeu que o padrão espanhol de contabilidade se mostrou mais aderente/similar ao valor de mercado que o IFRS.

Portanto, as duas hipóteses (H_b e H_c) propostas na metodologia foram rejeitadas, comprovando que as demonstrações contábeis sob a norma internacional de contabilidade é bastante diferente das demonstrações sob a norma brasileira de contabilidade e por aproximar o valor contábil ao valor de mercado, o IFRS apresenta maior relevância contábil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendia responder a seguinte questão de pesquisa: A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil impactou significativamente a comparabilidade entre as normas contábeis (IFRS e BRGAAP) e a relevância das informações geradas pela contabilidade na tomada de decisões pelos investidores?

Este estudo buscou analisar duas das características fundamentais de uma informação contábil de qualidade, a Comparabilidade e a Relevância. E para responder a esta questão, o presente estudo se propôs a testar:

- (a) Se existe diferença significativa entre a variável contábil apurada sob o padrão contábil BRGAAP no ano em questão e sob o padrão contábil CPC/IFRS no mesmo ano; e
- (b) Se as demonstrações contábeis sob o padrão IFRS apresentam maior relevância que os dados sob o padrão BRGAAP.

Diante do desafio proposto, diversos testes (teste de diferença de médias aplicado a 21 variáveis e indicadores contábeis, testes de diferença de médias aplicado a indicadores que relacionam o valor contábil e o valor de mercado, teste de correlação entre preços contábeis e preços de mercado, testes de estatística descritiva) e análises (comparação entre os resultados obtidos no estudo espanhol e o presente estudo, análise dos ajustes por norma contábil internacional) foram realizados para que se encontrassem as respostas para as duas questões, dentre eles merecem destaque:

a) Foi medido o impacto quantitativo da aplicação do IFRS em contas contábeis e indicadores financeiros. Esta análise agrega um valor especial a este trabalho, haja vista a grande necessidade de tempo para se levantar informações das notas explicativas de cada uma das 49 empresas que compõem a amostra.

b) Foi examinado o impacto do IFRS sobre a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas. Esta questão é particularmente relevante porque uma das razões para a adoção das normas internacionais foi garantir a geração de informações úteis para os investidores, o que implicaria reduzir a discrepância entre o valor contábil de uma empresa e

o valor de mercado. E as pesquisas verificadas indicavam que as demonstrações financeiras efetuadas sob o padrão internacional apresentavam uma qualidade superior e maior relevância.

Os resultados do estudo indicam que as demonstrações financeiras das empresas listadas no IBOVESPA sofrem um impacto significativo quando aplicadas as normas internacionais em vez de aplicar a norma brasileira (BRGAAP). Haja vista que nos testes de hipóteses obteve-se como resultado, diferenças significativas em praticamente 50% das variáveis, confirmando os resultados apontados em estudos anteriores. Portanto, o estudo confirma que a adoção do IFRS promove alterações relevantes e que devem ser consideradas pelos *stakeholders* no processo de tomada de decisão.

Ademais, o estudo também atinge uma de suas metas, a partir do momento que se verificou que o princípio da comparabilidade (fundamento essencial na Teoria da Contabilidade) não foi prejudicado ao fim do processo de convergência, sendo possível fazer conversões de um padrão para o outro, considerando uma margem de tolerância, apesar de que foram notadas, nos relatórios contábeis, inconsistências quanto à adoção das novas normas e, também, consideráveis variações nas formas de divulgação das informações.

Este estudo tem limitações e precisam ser evidenciadas:

a) Em primeiro lugar, é necessário citar a falta de base de dados financeiros das empresas listadas na Bolsa de Valores organizada. Todavia, esta limitação foi revertida para um ponto forte deste trabalho a partir do momento que se demanda um enorme tempo de dedicação para levantamento de dados e tabulação dos mesmos, entretanto este estudo não está livre de possíveis erros de coleta de dados, assim como de tratamento dos dados.

b) Em segundo lugar, o fato de que a pesquisa foi realizada enquanto os impactos das novas normas ainda estavam sendo sedimentadas pelo mercado, portanto o estudo não está livre de erros de classificação dos CPC's, visto que muitas empresas apresentaram problemas de evidenciação dos pronunciamentos contábeis responsáveis por cada ajuste.

c) Outro ponto fraco da pesquisa ficou por conta das companhias que não atenderam aos requisitos normativos (pronunciamentos CPC 13) de adoção inicial no que diz respeito à evidenciação, já na primeira fase do processo de convergência e que acarretou na impossibilidade de se analisar profundamente os impactos dos CPC's no Lucro Líquido. No entanto, a pesquisa alcançou um de seus objetivos ao identificar as normas que provocaram efeitos mais significativos em termos de valores e de frequência.

d) Finalmente, vale destacar a influência da grande crise americana (*Subprimes*) que se iniciou no final do ano de 2008 e que possivelmente gerou impactos consideráveis nos

preços das ações e que de alguma forma pode ter influenciado nos resultados dos testes de relevância. Associada a esta última limitação, deve-se ressaltar que foram extraídos os preços das ações na data de 31 de dezembro de cada ano, ou seja, na mesma data dos relatórios contábeis anuais das empresas, que normalmente são publicados meses após a data de 31 de dezembro de cada ano, desta forma os efeitos da adoção do IFRS podem não estar retratados de forma precisa.

Assim como têm limitações, este estudo apresenta diversas virtudes que merecem ser ressaltadas:

- a) Tabulação manual dos dados financeiros levantados das empresas listadas na Bolsa de Valores;
- b) Este é um estudo realizado no momento adequado (imediatamente após o fim do período de transição da convergência contábil brasileira) para que se pudesse ter acesso a todas as informações contábeis necessárias para efetuar as mesmas análises feitas pelo estudo de Callao et al. (2007);
- c) Trata da experiência brasileira de convergência para as normas internacionais de contabilidade que foi diferente dos outros países. Na Europa, por exemplo, o processo de convergência ocorreu em uma única fase, enquanto no Brasil o processo ocorreu em duas fases (primeira fase em 2008 – introdução da Lei nº 11.638/07 e a segunda fase em 2010 – adoção completa do IFRS);
- d) As práticas contábeis adotadas no Brasil antes do processo de convergência apresentam características peculiares;
- e) Esta pesquisa analisa os dados financeiros de 49 empresas brasileiras listadas no IBOVESPA, enquanto o estudo de Callao et al. (2007) analisa 26 empresas. Ou seja, trata-se de uma amostra bastante significativa;
- f) Pela carência de estudos dos efeitos da adoção das normas internacionais sobre os países emergentes que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul);
- g) As empresas que compõem a amostra analisada nesta pesquisa têm grande representatividade no mercado de capitais brasileiro (69 empresas que compõem o Índice Bovespa), sem se restringir a um setor da economia brasileira;
- h) Esta pesquisa identifica as normas que provocaram efeitos mais significativos em termos de valores e de frequência; e
- i) A análise dos efeitos da adoção do IFRS em 12 contas contábeis e em 9 indicadores financeiros. Desta forma foi possível verificar a comparabilidade de

forma mais precisa e quais as normas que mais impactaram as companhias brasileiras.

E como sugestão para pesquisas futuras fica a aplicação de outros testes estatísticos de análise multivariada dos dados financeiros com o intuito de se analisar simultaneamente o impacto de outras variáveis na comparabilidade e na relevância contábil.

Pretende-se com este estudo contribuir a investidores, analistas de mercado, atores do processo regulatório e outros pesquisadores no sentido de melhorar a compreensão dos efeitos gerados pela adoção do IFRS na economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R.V.; SILVA, A. H. C. Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo de empresas de capital aberto no setor de bebidas, alimentos e comércio. Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, MARCELO B. V.; BRAGA, JOSUÉ P.; LIMA, GERLANDO A. S. F.; SALOTTI, BRUNO M. Reapresentação Voluntária de Demonstrações Contábeis de 2007 no Brasil de acordo com a Lei 11.638/07. XXXIV Encontro da ANPAD, 2010.

ASSING, ILDEFONSO; ALBERTON, LUIZ; TESCH, JOSÉ M. O comportamento das fraudes nas empresas brasileiras. *Revista da FAE*, v.11, n.2, p.141-152. Curitiba, 2008.

ATHIANOS S., VAZAKIDES A., DRITSAKIS. Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The Case of Greece, 4th Conference of the Hellenic Finance and Accounting Association, Piraeus, Greece, 2005

BAKER, C. R.; BARDU, E.M. Trends in research on international accounting harmonization. *The International Journal of Accounting*, v. 42, p. 272-304, 2007.

BALSAM, STEVEN; HAW, IN-MU; LILIEN, STEVEN B. Mandated accounting changes and managerial discretion. *Journal of Accounting and Economics*, v.20, p.3–29, 1995.

BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C. Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. Rio de Janeiro, 2011

BEATTIE, V.; FEARNLEY, S.; HINES, T. An analysis of financial statement issues reported as discussed and negotiated by key preparer-side groups in UK listed companies in the first and second years of IFRS implementation. University of Portsmouth, UK, 2008.

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTURO – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&FBOVESPA). Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 07 Jul. 2011.

BRADSHAW, MARK T.; MILLER, GREGORY S. Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? evidence from non - U. S. Firms Adopting US GAAP. In: JOURNAL OF ACCOUNTING, AUDITING AND FINANCE & KPMG FOUNDATION CONFERENCE ON TRANSPARENCY OF CORPORATE INFORMATION, 2007, New York.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n. 1.055/05.

CALIXTO, LAURA. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CALLAO, SUSANA; JARNE, JOSÉ I.; LAÍNEZ, JOSÉ A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. v.16, p.148–178, 2007.

CHEN, H. et al. Mandatory IFRS adoption and accounting quality: evidence from Europe Union. 2008. Disponível em: <http://www.afaanz.org/openconf/2009/modules/request.php?module=oc_program&action=view.php&id=104> Acesso em: 11 Dezembro 2011.

COLLINS, JILL ; HUSSEY, ROGER. Pesquisa em Administração. Bookman, 2005.

CORDAZZO, MICHAELA. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: Evidences from Italian listed companies. 2007. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela20%20-20Dec07.pdf>>. Acesso em: 11 Abril 2011.

CORDEIRO, R., G. COUTO e F. SILVA. Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal. 2007. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=969972>> Acesso em 03 Jan. 2012.

COSENZA, JOSÉ P. Os efeitos colaterais da contabilidade criativa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 63-78, 2002.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos Técnicos CPC. Brasília, 2010.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions. Working Paper, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=979650>. Acesso em 06 Jan 2012.

DING, YUAN; SU, XIJIA. Implementation of IFRS in a regulated market. *J. Account. Public Policy*, n. 27, p. 474-479, 2008.

DYKXHOORN, HANS J., SINNING, KATHLEEN E. A review and analysis of international accounting research in JIAAT: 2002-2010. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 19, p. 137 – 153, 2010.

EATON, Sarah B. Crisis and the Consolidation of International Accounting Standards: Enron, The IASB, and America. *Business and Politics*, v. 7, n. 3, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.bepress.com/bap/vol7/iss3/art4>>. Acesso em 10 Jan. 2012.

FEARNLEY, S.; HINES, T. How IFRS has destabilized financial reporting for UK non-listed entities. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, v. 15, n. 4, p. 394-408, 2007.

GJERDE, O., KNIVSFLA, K., SAETTEM, F. The value relevance of adopting IFRS: Evidence from 145 NGAAP restatements. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 17, 92–112, 2008.

GRAY, SIDNEY J. The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some European evidence. *Journal of Accounting Research*, v. 18, p. 64-76, 1980.

GRECCO, M. C. P.; GERON, C. M. S.; FORMIGONI, H. O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras. In:

Congresso Brasileiro de Custos, XVI, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UNIFOR, 2009. CD-ROM.

HAIL, LUZI; LEUZ, CHRISTIAN; WYSOCKI, PETER. Global Accounting Convergence and the Potential Adoption by the United States: An Analysis of Economic and Policy Factors. Working Paper, 2009. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1357331>>. Acesso em 03 Jan. 2012.

HENDRIKSEN, ELDON S.; BREDÁ, MICHAEL F. VAN. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

HUNG, M. & SUBRAMANYAM, K. R. Financial statements effects of adopting International Accounting Standards: The case of Germany. Working paper, University of Southern California, 2004.

IATRIDIS, G.; ROUVOLIS, S. The post-adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. v.19, p.55–65, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 03 Ago. 2011.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE; et al. Dicionário de termos de contabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE; MARTINS, ELISEU; GELBCKE, ERNESTO R.; SANTOS, ARIIVALDO DOS. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2010.

JEANJEAN, THOMAS; STOLOWY, HERVÉ. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earning management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 27, n. 6, p. 480-494, nov./dec. 2008.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, October, 1976, V. 3, No. 4, pp. 305-360. EUA: 1976.

JERMAKOWICZ, E.K.; TOMASZEWSKI, S.G. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 15, p. 170-196, 2006.

JONES, STEWART; FINLEY, AIMEE. Have IFRS made a difference to intra-country financial reporting diversity. *The British Accounting Review*, v. 43, p. 22-38, 2011.

LAGE, ANTONIO CARLOS; WEFFORT, ELIONOR FARAH JREIGE. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. In: ERNST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMES, SIRLEI; SILVA, MIRIÃ GONÇALVES E. A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção do IFRS. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./set. 2007.

LIMA, VINÍCIUS S.; LIMA, GERLANDO A. S. F.; LIMA, IRAN S.; CARVALHO, LUIZ N. G. Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. IV Congresso ANPCONT, 2010.

LIN, Z. J.; CHEN, F. Value relevance of international accounting standards harmonization: Evidence from A-share and B-share markets in China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 14(2), 79–103, 2005.

MARTINS, GILBERTO DE ANDRADE. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MURCIA, FERNANDO D.; BORBA, JOSÉ A. Um estudo das fraudes contábeis sob duas óticas: Jornais econômicos versus periódicos acadêmicos no período de 2001-2004. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v.10, n.2, p.99-114. Rio de Janeiro: 2005.

NASCIMENTO, ANDRÉ S.; FREITAS, MARIZA B. R.; LOPES, RAPHAEL S. S.; CARDOZO, JULIO S.S. Fraudes contábeis: um estudo do interesse acadêmico e jornalístico no período de 2005 a 2010. II Encontro de Controladoria e Finanças do Mestrado em Ciências Contábeis da UNISINOS, 2011, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2011.

NAVARRO-GARCÍA, JUAN C.; BASTIDA, FRANCISCO. Na empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. v.19, p.110–120, 2010.

NISKANEN, J.; KINNUNEN, J.; KASANEN, E. The value relevance of IAS reconciliation: Empirical evidence from Finland. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19(2), 119–137, 2000.

O' CONNELL, VINCENT; SULLIVAN, KATE. The Impact of Mandatoy Conversion to IFRS on the Net Income of FTSEurofirms 80 firms. *Journal of Applied Research in Accounting and Finance*, v. 3, n. 2, p. 17-26, 2008.

PENG, Songlan et al. Does Convergence of Accounting Standards Lead to the Convergence of Accounting Practices? A Study from China. *The International Journal of Accounting*, n. 43.Estados Unidos, p. 448-468, 2008.

PERRAMON, J. e O. AMAT, IFRS Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain, Economics Working Papers, No 975, Universidade Pompeu Fabra, Departamento de Economia e Negócios, 2006

RAHMAN, ASHEQ; YAMMEESRI, JIRA; PERERA, HECTOR. Finacial reporting quality in international settings: A comparative study of the USA, Japan, Thailand, France and Germany. *The international Journal of Accounting*, n. 45, p. 1 – 34, 2010.

SANTOS, EDILENE S. Análise dos Impactos dos CPC's da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. In: ENANPAD, 34º, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro/RJ. CD-ROM.

SANTOS, EDILENE S. Objetividade x Relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? Caderno de Estudos FIPECAFI, São Paulo, v.10, n.18, 1998.

SANTOS, EDILENE S.; CALIXTO, LAURA. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. *RAE electron*, São Paulo, v. 9, n. 1, June 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 14/07/2011.

SANTOS JÚNIOR, M. A.; SILVA, A. H. C. Impacto da Implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil: Evidências empíricas no setor regulado e não regulado. Rio de Janeiro, 2011.

SCHIEBEL, A. (2006). Value relevance of German GAAP and IFRS consolidated Financial Reporting: An empirical analysis on the Frankfurt Stock Exchange. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=916103>>. Acesso em: 12 Jan. 2012

SILVA, ADOLFO H. C. ; SANCOVSCHI, MOACIR; SLOMSKI, VALMOR. Mudanças de práticas contábeis em empresas privatizadas: Estudo de caso no segmento de serviços públicos de distribuição de gás. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 166, p. 23 – 37, 2007.

SILVA, C. B. A. da; MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F. de. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, a. 1, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan./jun. 2004.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K.J. IFRS Adoption and accounting quality: a review. *European Accounting Review*, v.16, n. 4, p. 675-702, 2007.

SOUZA, ALAN APARECIDO SIQUEIRA; COUTINHO FILHO, FERNANDO BATISTA. Harmonização internacional: Um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). 7º Congresso de Controladoria e Contabilidade, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2007.

SZUSTER, NATAN; SZUSTER, FLÁVIA RECHTMAN. O Brasil Rumo à Convergência Internacional da Contabilidade: O Caso Gerdau S.A. In: ENANPAD, 32º, 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro/RJ. CD-ROM.

APÊNDICE A – Lista de empresas analisadas

1	All - America Latina Logistica S/A	26	JBS S/A
2	B2W Companhia Global do Varejo	27	Klabin S/A
3	Brasil Ecod Ind Com Biocomb Oleos Vegetais S/A	28	Lojas Americanas S/A
4	Brasil Telecom S/A	29	Lojas Renner S/A
5	BRF - Brasil Foods S/A	30	Light S/A
6	Brookfield Incorporações S/A	31	Llx Logistica S/A
7	Braskem S/A	32	Marfrig Frigorificos e Com. Alimentos S/A
8	Cesp - Companhia Energetica de Sao Paulo	33	MRV Engenharia e Participacoes S/A
9	Cia Energ Minas Gerais – Cemig	34	MMX Mineracao e Metalicos S/A
10	Companhia de Bebidas Das Americas-Ambev	35	Natura Cosméticos S/A
11	Companhia Brasileira de Distribuição	36	OGX Petroleo e Gas Participações S/A
12	Companhia Siderurgica Nacional	37	PDG Realty S/A Empreend. e Participacoes
13	Cyrela Brazil Realty S/A Emprs e Parts	38	Petroleo Brasileiro S/A
14	Cia Saneamento Basico Estado Sao Paulo	39	Rossi Residencial S/A
15	Cia. Paranaense de Energia – Copel	40	Souza Cruz S/A
16	Companhia de Concessoes Rodoviárias	41	Tam S/A
17	CPFL Energia S/A	42	Tele Norte Leste Participações S/A
18	Cteep-Cia Transm Energia Eletr. Paulista	43	Telemar Norte Leste S/A
19	Duratex S/A	44	Telecomunicacoes de Sao Paulo S/A-Telesp
20	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A	45	Tim Participacoes S/A
21	Eletróbrás Participações S/A – Eletropar	46	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A
22	Embraer - Emp Brasileira Aeronautica S/A	47	Ultrapar Participacoes S/A
23	Gafisa S/A	48	Vale S/A
24	Gol Linhas Aereas Inteligentes S/A	49	Vivo Participacoes S/A
25	Hypermarcas S/A		

Nota: Empresas listadas em ordem alfabética. Empresas que compõem o Índice Bovespa, após exclusões indicadas na metodologia.

APÊNDICE B – Relação de pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Norma	Descrição da Norma
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04	Ativo Intangível
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 06	Operações de Arrendamento Mercantil
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações
CPC 11	Contratos de Seguro
CPC 12	Ajuste a Valor Presente
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
CPC 15	Combinação de Negócios
CPC 16	Estoques
CPC 17	Contratos de Construção
CPC 18	Investimento em Coligada e em Controlada
CPC 19	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
CPC 20	Custos de Empréstimos
CPC 21	Demonstração Intermediária
CPC 22	Informações por Segmento
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27	Ativo Imobilizado
CPC 28	Propriedade para Investimento
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o Lucro
CPC 33	Benefícios a Empregados
CPC 35	Demonstrações Separadas
CPC 36	Demonstrações Consolidadas
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 41	Resultado por Ação
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com Glossário de Termos)
CPC 00	Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 02	Contrato de Construção do Setor Imobiliário
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
ICPC 05	Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria
ICPC 06	Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior
ICPC 07	Distribuição de Lucros in Natura
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

ICPC 09	Demonstrações Contábeis Individuais, Separada, Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
ICPC 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43
ICPC 11	Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes
ICPC 12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares
ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental
ICPC 14	Cotas de Cooperados em Entidades Cooperativas e Instrumentos Similares
ICPC 15	Passivo Decorrente de Participação em um Mercado Específico - Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos
ICPC 16	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais
OCPC 01	Entidades de Incorporação Imobiliária
OCPC 02	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008
OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
OCPC 04	Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras
OCPC 05	Contratos de Concessão

Nota: CPC – Pronunciamentos do CPC. ICPC – Interpretação dos CPC. OCPC – Orientações do CPC.

APÊNDICE C – Estatística descritiva das variáveis e indicadores contábeis

Estatística Descritiva das Variáveis Contábeis

Painel 1 – Variáveis Contábeis de 2008 (n=49): Antes e Depois da adoção da Lei nº 11.638/07

	Caixa	Caixa	Contas rec.	Contas rec.	Estoque	Estoque	Imobilizado	Imobilizado	Intangível	Intangível	At. Total	At. Total
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	2.001.917	2.301.977	1.086.532	1.325.699	315.147	814.119	4.564.047	6.684.017	1.109.366	1.958.098	21.165.861	28.159.390
Mediana	737.487	1.173.359	633.080	956.945	116.790	188.164	4.146.986	3.258.101	605.032	1.282.160	9.461.965	11.430.957
Desvio Padrão	3.480.715	4.277.813	1.212.068	1.564.832	580.853	1.914.131	4.317.288	16.965.992	1.363.946	2.851.921	104.384.350	42.178.810
Mínimo	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	160.347
Máximo	16.067.000	24.639.000	3.897.171	7.933.000	2.948.096	9.686.000	14.628.520	110.494.000	4.817.312	14.291.859	643.201.000	218.441.000

Painel 2 – Variáveis Contábeis de 2009 (n=49): Antes e Depois da adoção de todos os CPC's

Média	1.793.021	1.874.521	1.021.027	1.196.887	290.761	649.415	5.080.778	6.575.065	1.743.285	2.989.624	30.349.244	23.050.098
Mediana	528.574	1.046.637	389.374	709.272	92.529	183.234	3.934.338	1.759.107	384.932	1.231.785	8.880.535	11.178.345
Desvio Padrão	2.567.531	2.524.559	1.612.698	1.581.451	447.999	1.187.025	6.078.691	17.273.801	2.870.507	4.920.342	104.426.517	42.738.033
Mínimo	-	26.988	-	-	-	-	-	50	-	-	121.028	185.281
Máximo	10.782.000	13.221.000	5.958.504	5.958.504	1.919.124	5.913.000	22.560.606	108.948.000	11.304.669	17.785.030	615.961.000	213.504.000

Estatística Descritiva das Variáveis Contábeis (continuação)

Painel 1 – Variáveis Contábeis de 2008 (n=49): Antes e Depois da adoção da Lei nº 11.638/07

	Pas. Circ.	Pas. Circ.	Pas. Ñ Circ.	Pas. Ñ Circ.	PL	PL	EBITDA	EBITDA	EBIT	EBIT	LL	LL
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	3.005.794	3.466.154	4.142.510	6.338.126	9.858.141	10.022.899	668.369	661.237	98.076	(122.227)	1.741.084	1.339.251
Mediana	2.497.000	2.541.290	2.897.577	4.065.538	4.103.296	4.489.428	668.369	661.237	-	-	388.000	277.708
Desvio Padrão	2.824.854	3.649.808	4.823.757	10.640.916	24.606.176	24.165.532	945.216	935.130	1.036.144	1.395.780	5.529.547	4.033.607
Mínimo	-	3.856	-	2.100	(65.071)	(148.856)	-	-	(1.065.257)	(1.945.166)	(2.351.639)	(2.351.639)
Máximo	9.769.618	18.639.000	20.434.245	64.786.000	144.051.000	141.726.000	1.336.737	1.322.474	1.457.561	1.456.260	29.708.000	21.279.000

Painel 2 – Variáveis Contábeis de 2009 (n=49): Antes e Depois da adoção de todos os CPC's

Média	3.275.899	3.660.049	4.894.370	6.800.071	8.932.107	12.070.674	390.047	887.556	1.156.161	1.172.514	1.492.189	1.803.903
Mediana	1.577.279	1.694.348	3.201.406	3.868.047	4.184.285	4.845.251	294.251	700.876	1.221.338	960.912	407.085	565.660
Desvio Padrão	4.149.776	4.685.077	6.878.126	11.541.262	23.560.598	26.729.972	445.734	754.329	856.159	917.984	4.574.069	4.619.532
Mínimo	2.405	1.898	2.402	2.402	(279.883)	(371.205)	-	258.874	11.187	17.335	(1.140.689)	(1.019.311)
Máximo	16.854.214	18.272.538	28.655.732	59.975.000	163.879.000	165.021.000	875.890	1.889.600	3.083.430	3.337.301	29.313.000	29.959.000

APÊNDICE C – Estatística descritiva das variáveis e indicadores contábeis (continuação)

Estatística Descritiva dos Indicadores Contábeis

Painel 3 – Indicadores de 2008 (n=49): Antes e Depois da adoção da Lei n ° 11.638/07

	Liq. Corrente		Liq. seca		Liq. Imed.		Liq. geral		Endivid.	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	0,75	5,75	0,68	5,58	0,53	5,28	1,65	7,19	0,92	2,62
Mediana	0,33	0,72	0,21	0,58	0,03	0,24	1,37	1,52	0,93	1,16
Desvio Padrão	1,87	34,71	1,86	34,72	1,84	34,76	2,76	42,29	6,31	7,96
Mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	(37,34)	(16,32)
Máximo	13,10	251,05	13,10	251,05	13,10	251,05	16,74	306,23	20,75	48,51

Painel 4 – Indicadores de 2009 (n=49): Antes e Depois da adoção de todos os CPC's

Média	1,09	1,71	1,00	1,53	0,85	1,26	2,37	1,84	1,18	1,09
Mediana	0,13	0,72	0,10	0,64	0,02	0,32	1,36	1,61	0,45	1,01
Desvio Padrão	2,44	3,70	2,40	3,68	2,40	3,72	7,00	2,46	2,95	1,88
Mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	(7,40)	(5,58)
Máximo	14,07	18,01	14,07	18,01	14,07	18,01	50,32	16,74	16,48	10,95

Estatística Descritiva dos Indicadores Contábeis (continuação)

Painel 3 – Indicadores de 2008 (n=49): Antes e Depois da adoção da Lei n ° 11.638/07

	ROA 1		ROA 2		ROA 3		ROE 1		ROE 2	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	0,002	0,002	(0,00)	(0,00)	0,015	0,017	(0,02)	(0,05)	0,06	0,04
Mediana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desvio Padrão	0,01	0,01	0,02	0,03	0,05	0,05	0,22	0,43	0,21	0,36
Mínimo	-	-	(0,13)	(0,15)	(0,14)	(0,11)	(1,51)	(3,10)	(1,10)	(2,17)
Máximo	0,10	0,10	0,12	0,12	0,15	0,15	0,44	0,44	0,42	0,92

Painel 4 – Indicadores de 2009 (n=49): Antes e Depois da adoção de todos os CPC's

Média	0,00	0,01	0,02	0,02	0,02	0,04	0,05	0,08	0,16	0,16
Mediana	-	-	-	-	0,00	0,03	-	-	0,10	0,10
Desvio Padrão	0,02	0,03	0,04	0,04	0,05	0,06	0,11	0,18	0,31	0,19
Mínimo	-	-	-	-	(0,16)	(0,11)	-	-	(0,21)	(0,13)
Máximo	0,09	0,19	0,12	0,14	0,15	0,25	0,43	1,04	1,99	0,80

Nota: Definição das variáveis e indicadores no APÊNDICE III

APÊNDICE C – Estatística descritiva das variáveis e indicadores contábeis (continuação)

Estatística Descritiva das Variáveis Contábeis (continuação)

Painel 5 – Análise dos impactos no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido isoladamente

	1ª Fase Transição		2ª Fase Transição		2ª Fase Transição		Completo		1ª Fase Transição		2ª Fase Transição	
	PL 2008	PL 2008	PL 2008	PL 2008	PL 2009	PL 2009	PL 2008	PL 2008	LL	LL	LL	LL
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Depois	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Média	6.585.290	6.948.641	9.858.141	10.022.899	8.932.107	12.070.674	6.948.641	10.022.899	1.741.084	1.339.251	1.492.189	1.803.903
Mediana	3.053.404	3.552.494	4.103.296	4.489.428	4.184.285	4.845.251	3.552.494	4.489.428	388.000	277.708	407.085	565.660
Desvio Padrão	18.310.307	19.122.235	24.606.176	24.165.532	23.560.598	26.729.972	19.122.235	24.165.532	5.529.547	4.033.607	4.574.069	4.619.532
Mínimo	(43.467,77)	(103.198,37)	(65.071,00)	(148.856,00)	(279.883)	(371.205)	(103.198,37)	(148.856,00)	(2.351.639)	(2.351.639)	(1.140.689)	(1.019.311)
Máximo	96.226.821	98.255.310	144.051.000	141.726.000	163.879.000	165.021.000	98.255.310	141.726.000	29.708.000	21.279.000	29.313.000	29.959.000

Notas: (a) 1ª Fase de Transição 2008 (Lei nº 11.638/07); (b) 2ª Fase de Transição 2010 (Adoção de todos os CPC's); (c) Completo = Todo o período de transição, ou seja, saldo inicial e final do BRGAAP apurado nas divulgações financeiras do ano de 2008 (01/01/2008 a 31/12/2008) comparativo com o saldo final CPC/IFRS apurado nas divulgações financeiras do ano de 2010 (01/01/2009).

APÊNDICE D – Testes de normalidade das contas e indicadores contábeis

<u>Contas Contábeis e</u> <u>Indicadores financeiros</u>	Fase 1 - Lei nº 11.638/07 (2008)						Fase 2 - Todos os CPS's (2010)					
	<u>Kolmogorov-</u>			<u>Shapiro-Wilk</u>			<u>Kolmogorov-</u>			<u>Shapiro-Wilk</u>		
	<u>Statistic</u>	<u>df</u>	<u>Sig.</u>	<u>Statistic</u>	<u>df</u>	<u>Sig.</u>	<u>Statistic</u>	<u>df</u>	<u>Sig.</u>	<u>Statistic</u>	<u>df</u>	<u>Sig.</u>
Caixa Antes	0,279	23	0,000	0,610	23	0,000	0,213	25	0,005	0,742	25	0,000
Caixa Depois	0,294	23	0,000	0,613	23	0,000	0,216	25	0,004	0,738	25	0,000
Contas Rec. Antes	0,180	23	0,052	0,846	23	0,002	0,252	25	0,000	0,678	25	0,000
Contas Rec. Depois	0,165	23	0,106	0,900	23	0,025	0,229	25	0,002	0,714	25	0,000
Estoques Antes	0,293	23	0,000	0,584	23	0,000	0,261	25	0,000	0,668	25	0,000
Estoques Depois	0,265	23	0,000	0,717	23	0,000	0,247	25	0,000	0,706	25	0,000
Imobilizado Antes	0,144	23	0,200*	0,884	23	0,012	0,208	25	0,007	0,772	25	0,000
Imobilizado Depois	0,142	23	0,200*	0,897	23	0,022	0,251	25	0,000	0,694	25	0,000
Intangível Antes	0,206	23	0,013	0,803	23	0,000	0,286	25	0,000	0,642	25	0,000
Intangível Depois	0,188	23	0,034	0,821	23	0,001	0,277	25	0,000	0,617	25	0,000
Total Ativo Antes	0,171	23	0,079	0,854	23	0,003	0,201	25	0,010	0,706	25	0,000
Total Ativo Depois	0,191	23	0,029	0,872	23	0,007	0,231	25	0,001	0,660	25	0,000
Passivo Circ. Antes	0,146	34	0,064	0,873	34	0,001	0,232	30	0,000	0,707	30	0,000
Passivo Circ. Depois	0,137	34	0,108	0,875	34	0,001	0,278	30	0,000	0,673	30	0,000
Passivo Não Circ. Antes	0,199	34	0,002	0,748	34	0,000	0,267	30	0,000	0,618	30	0,000
Passivo Não Circ. Depois	0,177	34	0,009	0,789	34	0,000	0,281	30	0,000	0,578	30	0,000
Pat. Líquido Antes	0,152	34	0,044	0,891	34	0,003	0,167	30	0,031	0,902	30	0,009
Pat. Líquido Depois	0,167	34	0,017	0,893	34	0,003	0,221	30	0,001	0,848	30	0,001
EBITDA Antes	0,260	32	0,000	0,602	32	0,000	0,252	33	0,000	0,965	33	0,642
EBITDA Depois	0,260	32	0,000	0,602	32	0,000	0,344	33	0,000	0,841	33	0,216
EBIT Antes	0,385	33	0,000	0,750	33	0,000	0,114	33	0,000	0,938	33	0,500
EBIT Depois	0,385	33	0,000	0,750	33	0,000	0,184	33	0,000	0,917	33	0,298
Lucro Líquido Antes	0,386	26	0,000	0,311	26	0,000	0,508	46	0,000	0,211	46	0,000
Lucro Líquido Depois	0,363	26	0,000	0,346	26	0,000	0,506	46	0,000	0,210	46	0,000
Liquidez Corr. Antes	0,337	39	0,000	0,406	39	0,000	0,310	36	0,000	0,572	36	0,000
Liquidez Corr. Depois	0,473	39	0,000	0,180	39	0,000	0,377	36	0,000	0,501	36	0,000
Liquidez Seca Antes	0,336	39	0,000	0,380	39	0,000	0,321	36	0,000	0,538	36	0,000
Liquidez Seca Depois	0,472	39	0,000	0,180	39	0,000	0,407	36	0,000	0,450	36	0,000
Liquidez Imediata Antes	0,369	39	0,000	0,312	39	0,000	0,349	36	0,000	0,482	36	0,000
Liquidez Imediata Depois	0,499	39	0,000	0,162	39	0,000	0,402	36	0,000	0,401	36	0,000
Liquidez Geral Antes	0,350	39	0,000	0,513	39	0,000	0,381	36	0,000	0,313	36	0,000
Liquidez Geral Depois	0,513	39	0,000	0,160	39	0,000	0,343	36	0,000	0,426	36	0,000
Endividamento Antes	0,416	39	0,000	0,467	39	0,000	0,295	36	0,000	0,684	36	0,000
Endividamento Depois	0,356	39	0,000	0,500	39	0,000	0,363	36	0,000	0,477	36	0,000
ROA1 Antes	0,536	49	0,000	0,127	49	0,000	0,538	36	0,000	0,251	36	0,000
ROA1 Depois	0,536	49	0,000	0,127	49	0,000	0,521	36	0,000	0,296	36	0,000
ROA2 Antes	0,478	39	0,000	0,291	39	0,000	0,431	36	0,000	0,648	36	0,000
ROA2 Depois	0,485	39	0,000	0,288	39	0,000	0,380	36	0,000	0,694	36	0,000
ROA3 Antes	0,314	39	0,000	0,818	39	0,000	0,165	36	0,014	0,936	36	0,039
ROA3 Depois	0,272	39	0,000	0,867	39	0,000	0,123	36	0,190	0,950	36	0,105
ROE1 Antes	0,517	39	0,000	0,227	39	0,000	0,406	36	0,000	0,624	36	0,000

ROE1 Depois	0,528	39	0,000	0,190	39	0,000	0,367	36	0,000	0,666	36	0,000
ROE2 Antes	0,323	39	0,000	0,702	39	0,000	0,137	36	0,087	0,901	36	0,004
ROE2 Depois	0,370	39	0,000	0,514	39	0,000	0,138	36	0,080	0,912	36	0,008

APÊNDICE E – Estatística descritiva dos indicadores Book to Market (BtM)

<u>Medidas estatísticas</u>	<u>Btm 2008 Fase 1</u>				<u>Btm 2008 Fase 2</u>				<u>Btm 2009 Fase 2</u>			
	<u>BRGAAP</u>		<u>CPC / IFRS</u>		<u>BRGAAP</u>		<u>CPC / IFRS</u>		<u>BRGAAP</u>		<u>CPC / IFRS</u>	
	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>
Média	19,269	4,029	19,026	3,987	19,295	3,981	20,219	4,18	11,921	2,323	14,291	3,111
Limite inferior (95%)	11,168		11,01		11,291		11,815		7,25		8,037	
Limite superior (95%)	27,371		27,042		27,299		28,623		16,593		20,546	
5% Trimmed Mean	15,447		15,208		15,505		16,045		9,865		11,27	
Mediana	9,334		9,193		9,552		10,622		4,677		4,726	
Variância	795,46		778,85		776,577		856,006		264,489		474,156	
Desvio Padrão	28,204		27,908		27,867		29,258		16,263		21,775	
Mínimo	0,001		0,001		0,016		0,018		0,028		0,019	
Máximo	150,614		149,26		149,26		149,26		66,01		94,493	
Intervalo	150,613		149,259		149,244		149,242		65,982		94,474	
Intervalo interquartil	18,859		18,666		18,525		19,75		15,999		16,511	
Skewness	2,722	0,34	2,732	0,34	2,727	0,34	2,607	0,34	1,885	0,34	2,233	0,34
Curtose	9,246	0,668	9,34	0,668	9,311	0,668	7,875	0,668	3,146	0,668	4,653	0,668

APÊNDICE F – Testes de normalidade dos indicadores Book to Market (BtM)

<u>Variáveis</u>	<u>Kolmogorov-Smirnov</u>			<u>Shapiro-Wilk</u>		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Btm_2008_Fase1_BRGAAP	0,256	49	0,000	0,674	49	0,000
Btm_2008_Fase1_CPC/IFRS	0,259	49	0,000	0,674	49	0,000
Btm_2008_Fase2_BRGAAP	0,259	49	0,000	0,676	49	0,000
Btm_2008_Fase2_CPC/IFRS	0,252	49	0,000	0,680	49	0,000
Btm_2009_Fase2_BRGAAP	0,237	49	0,000	0,732	49	0,000
Btm_2009_Fase2_CPC/IFRS	0,256	49	0,000	0,671	49	0,000

APÊNDICE G – Correlação pareada entre os indicadores Book to Market (BtM)

<u>Variáveis</u>	N	Correlação	Sig.
Btm_2008_Fase1_BRGAAP & Btm_2008_Fase1_CPC/IFRS	49	1,000	0,000
Btm_2008_Fase2_BRGAAP & Btm_2008_Fase2_CPC/IFRS	49	0,986	0,000
Btm_2009_Fase2_BRGAAP & Btm_2009_Fase2_CPC/IFRS	49	0,905	0,000

APÊNDICE H – Estatística descritiva das variáveis: VAR Contábil e VAR Mercado (Ano 2009)

<u>Medidas estatísticas</u>	<u>VAR Mercado</u>		<u>VAR Contábil BRGAAP</u>		<u>VAR Contábil IFRS</u>	
	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>	<u>Estatística</u>	<u>Erro padrão</u>
Média	0,784	0,133	-0,151	0,109	-0,079	0,123
Limite inferior (95%)	0,517		-0,371		-0,326	
Limite superior (95%)	1,051		0,068		0,168	
5% Trimmed Mean	0,683		-0,264		-0,189	
Mediana	0,476		-0,282		-0,232	
Variância	0,862		0,586		0,74	
Desvio Padrão	0,929		0,766		0,86	
Mínimo	-0,25		-0,997		-0,997	
Máximo	4,833		3,138		4,864	
Intervalo	5,083		4,135		5,861	
Intervalo interquartil	0,869		0,425		0,539	
Skewness	2,212	0,34	3,192	0,34	4,198	0,34
Curtose	6,714	0,668	11,844	0,668	23,012	0,668

APÊNDICE I – Testes de normalidade das variáveis: VAR Mercado e VAR Contábil

<u>Variáveis</u>	<u>Kolmogorov-Smirnov</u>			<u>Shapiro-Wilk</u>		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
VAR_Mercado_2008 vs 2009	0,163	49	0,002	0,796	49	0,000
VAR_Contábil_BRGAAP_2008 vs BRGAAP_2009	0,260	49	0,000	0,644	49	0,000
VAR_Contábil_IFRS_2008 vs IFRS_2009	0,218	49	0,000	0,612	49	0,000

APÊNDICE J – Correlação pareada entre as variáveis: VAR Mercado e VAR Contábil

<u>Variáveis</u>	N	Correlação	Sig.
VAR_Mercado_2008 vs 2009 & VAR_Contábil_BRGAAP_2008 vs BRGAAP_2009	49	0,648	0,000
VAR_Mercado_2008 vs 2009 & VAR_Contábil_IFRS_2008 vs IFRS 2009	49	0,647	0,000